



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
LICENCIATURA

ANDREIA G. LIMA

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO CURSO INTERDISCIPLINAR
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS –LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
LIMITES E POTENCIALIDADES.

LARANJEIRAS DO SUL

2017

ANDREIA GOMES LIMA

**A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO CURSO INTERDISCIPLINAR
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS –LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA FRONTEIRA SUL:
LIMITES E POTENCIALIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso, a ser apresentado a o
Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo: Ciências
Sociais e Humanas- Licenciatura, como requisito para
obtenção de grau em Licenciatura em Ed. do Campo da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Vitor de Moraes

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Lima, Andreia Gomes

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO CURSO INTERDISCIPLINAR
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS ?LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA FRONTEIRA SUL: : LIMITES E POTENCIALIDADES./
Andreia Gomes Lima. -- 2017.

64 f.

Orientador: Vitor de Moraes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de ,
Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia da Alternância. 3.
Curso em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas-
Licenciatura. I. Moraes, Vitor de, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



ANDREIA GOMES LIMA

A pedagogia da alternância no curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul: limites e potencialidades

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Me. Vitor de Moraes


Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

28/11/2017

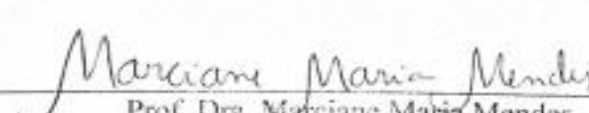
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Vitor de Moraes



Prof. Dra. Lúcia Ângela Andrioli



Prof. Dra. Marciane Maria Mendes

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria, que escrevo vocês, pessoas maravilhosas contribuíram para que eu conseguisse construir este trabalho. Tenham certeza que cada um fez a diferença em minha vida, responsáveis pelo que me tornei, educadores (as) que fizeram –me chegar a esta etapa, tão importante na minha vida, e se materializa na construção deste trabalho. Espero que eu consiga pôr em palavras, sentimentos de alegria e gratidão.

À meus queridos pais Angela G. Lima e Aguinaldo P. Lima, meus primeiros educadores (as) que me ensinaram que a vida é constituída de momentos de alegrias e dificuldades, por isso me ensinaram a ser forte, frente a dificuldades. E quando pensei em desistir seus exemplos de resistência e humildade sopravam a os meus ouvidos.

À minha querida irmã: Silvana G. Lima. Exemplo de vida, lutadora, guerreira, minha companheira e amiga da todas as horas. Como é bom te- lá em minha vida.

Ao meu querido educador: Vitor de Moraes. Que tão humildemente acolheu este trabalho, ainda em fase de “embrião”. Sem suas orientações, conselhos, incentivos, não teria conseguido. Mostrou-me a importância da pesquisa! Revelou aos poucos seus exemplos como educador/ militante e trabalhador do povo brasileiro.

Á meu namorado: Ricardo Mohr, porque o seu amor me fortalece. Você sempre acreditou em mim, quando eu mesma duvidei! Obrigado por estar comigo nesta caminhada.

Ao meu tio Emanuel P. Lima e ao meu irmão: Edimar G. Lima. Pessoas que amo, por seus exemplos de vida e coragem.

Ao meus colegas de turma, que me ensinaram as leis da amizade e do companheirismo, me ensinaram a viver na coletividade e a importância da auto-organização no Curso CSH. Turma Paulo Freire vocês fizeram diferença em minha vida.

Aos educadores (as) do Curso CSH, Ana Cristina Hammel, Alex Verdério, Roberto Finatto, Fabio Pontarolo, Fabio Zaneratti, Elemar Cezimbra, Gracialino da Silva Dias, Katia Seganfredo, Luiz Carlos de Freitas, Luciana Henrique, Marciane Mendes. Que abriram as portas do conhecimento. Porque sei que cada um de vocês é lutador do povo.

Em especial ao Grupo Nova Esperança do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio da Cidade de Rio Bonito do Iguaçu/PR, do qual faço parte, por ter compreendido a importância do conhecimento, relacionada a luta pela terra. Vocês são exemplos de resistência e coragem!

... Nós somos aquelas que parimos mais que filhos.
Parimos os homens do futuro.
Nossos filhos serão educados sobre nossas terras libertas ou aqui.
De baixo de nossas lonas pretas.
Aprenderão a ler, a escrever, coisa que muitos dos nossos não podem fazer.
Viverão para entender das leis. Para mudá-las.
Para fazê-las de novo, a partir das necessidades do nosso povo.
Fragmento da Carta Aberta das mães Sem Terra. Autora Desconhecida.

RESUMO

A pesquisa em questão buscou pontuar alguns elementos acerca da Pedagogia da Alternância, no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, no Campus: Laranjeiras do Sul, no Município de Laranjeiras do Sul/ PR. O trabalho possui caráter bibliográfico para compreender o histórico da Pedagogia da Alternância, e da própria Educação do Campo e empírica por meio da pesquisa qualitativa na análise das entrevistas semiestruturadas, realizados com educandos (as) e educadores (as) do Curso. A investigação comportou três partes. No início (primeiro capítulo: A luta por uma Educação do e no Campo) foi analisado o histórico da Educação do Campo vinculada a luta pela terra e também a materialização da Educação do Campo no âmbito das políticas Públicas. Por sequência, segundo capítulo: (A Pedagogia da Alternância e a Auto-organização dos Estudantes no Curso IEDOC- CSH), neste capítulo analisou-se o arcabouço teórico da Pedagogia da Alternância concatenada a questão do trabalho como princípio educativo na Auto-Organização dos Estudantes. Por último a pesquisa teve como foco analisar o que de fato se concretizou no Curso, (terceiro capítulo: O Curso de Licenciatura em Alternância, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura): Entre a Utopia e a Realidade) ou seja, compreender os referenciais teóricos acerca desta temática, e como elas se materializam no Curso, evidenciando as contradições, desafios e potencialidades, uma vez que o Curso também é uma política pública do Estado.

Palavras- chave: Alternância. Tempo Comunidade. Tempo Universidade. Educação do Campo. Políticas Públicas.

RESUME

La investigación en cuestión busca puntuar algunos elementos acerca de la Pedagogía de la Alternancia, en el Curso Interdisciplinario en Educación Del Campo: Ciencias Sociales y Humanas - Licenciatura, en el Campus: Laranjeiras do Sul, en el Municipio de Laranjeiras do Sul / PR. El trabajo será bibliográfico para comprender el histórico de la Pedagogía de la Alternancia, y de la propia Educación Del Campo y empírica por medio de la investigación cualitativa en el análisis de los cuestionarios semiestructurados, realizados con educandos (as) y educadores (as) del Curso. La investigación llevaba tres partes. En el inicio (primero capítulo: La lucha por una Ed de do y en el Campo) será analizado el histórico de la Educación Del Campo vinculada a la lucha por la tierra y también la materialización de la Educación del Campo en el ámbito de las políticas. En este segundo capítulo se analizará el marco teórico de la Pedagogía de la Alternancia concatenada a la cuestión del trabajo como principio educativo en la Auto-organización, Organización de los Estudiantes. Por último la investigación tendrá como foco analizar lo que de hecho se concretó en el Curso, (tercero capítulo: El Curso de Licenciatura en Alternancia, Interdisciplinario en Educación del Campo: Ciencias Sociales y Humanas - Licenciatura): Entre la Utopía y la Realidad) es decir, comprender los referentes teóricos acerca de esta temática, y cómo se materializan en el Curso. Puntuando avances y contradicciones, una vez que el Curso también es una política pública de Estado.

Palabras clave: Alternância. Tiempo Comunidad. Tiempo Universidad. Educación del Campo. Políticas públicas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese da Proposta Metodológica (PROMET)

Quadro 2- Tempos e Espaços Educativos na Alternância- PROMET

Quadro 3- A Auto-organização e Gestão no Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura

Quadro 4- O Trabalho como Princípio Educativo

Quadro 5- Entrevista aos educadores (as) do Curso IEDOC- CSH

Quadro 6- Entrevista aos Educandos (as)do Curso IEDOC- CSH

Quadro 7- Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 8- Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 9- Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 10- Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 11- Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 12- Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 13- Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 14- Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 15- Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

Quadro 16- Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Momento Formatura

Fotografia 2- Noite Cultural

Fotografia 3- Tempo Aula no Curso

Fotografia 4- Mística na UFFS

Fotografia 5- O Trabalho princípio Educativo

Fotografia 6- Viagem: V Congresso do MST

Fotografia 7- Turma Paulo Freire

LISTA DE SIGLAS

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CEAGRO Centro de Capacitação em Agroecologia

CECAMPO Centro de Educação do Campo

CFR Casa Familiar Rural

CGVV Coordenação Geral da Casa e do Curso

CNBT Coordenação dos Núcleos de Base e da Turma

CTC Classe Trabalhadora Camponesa

FETRAF Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar,

FUNDEP Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEDOC-CSH Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo: Ciências Sociais e Humanas-
Licenciatura

INCRA Instituto de Colonização e Reforma Agraria

ITERRA Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agraria

MEC Ministério da Educação

MSPC Movimentos Sociais Populares do Campo

NB Núcleo de Base

NDE Núcleo Docente Estruturante

PCA Paradigma do Capitalismo Agrário

PCB Partido Comunista do Brasil

PPP Projeto Político Pedagógico

PPC Projeto Pedagógico do Curso

PQA Paradigma da Questão Agraria

PROCAMPO Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PROMET Proposta Metodológica da Etapa

PRONACAMPO Programa Nacional da Educação do Campo

PRONATEC Programa de acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA Programa de Educação na Reforma Agraria PRONERA

T.C Tempo Comunidade

T.U Tempo Universidade

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO	17
2.1 O CURSO IEDOC CSH NO ÂMBITO DA UTOPIA DE UMA UFFS POPULAR	27
3. CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA DA UFFS, NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL: A questão da Pedagogia da Alternância na Auto- Organização dos Estudantes	30
3.1 MEMÓRIA DO CURSO INTERDISCIPLINAR EM ED. DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: MOMENTOS EDUCATIVOS NA ALTERNÂNCIA	41
4. O CURSO DE LICENCIATURA EM ALTERNÂNCIA, INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA (IEDOC- CSH): ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE	47
4.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS AOS EDUCADORES (AS) E EDUCANDOS (AS) DO CURSO IEDOC- CSH.....	47
4.1.1 Pesquisa com os educadores (as): Evidenciando resultados.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão buscou analisar a concretude da Pedagogia da Alternância no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura (IEDOC-CSH), do Campus Laranjeiras do Sul, do Município de Laranjeiras do Sul/PR.

Esta pesquisa, é muito importante para o projeto da Educação do Campo pois reflete a perspectiva dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC). Pensar a Pedagogia da Alternância, relacionada a questão do Trabalho como princípio educativo em um processo que demanda Auto-organização e Gestão não é uma tarefa simples. No início a pesquisa tem como apresentação da análise da história da Educação do Campo, vinculada a luta pela terra e a sua materialização como uma política pública financiada pelo Estado. Dando sequência foram analisados os referenciais teóricos sobre a pedagogia da Alternância, sobre tudo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura (IEDOC- CSH). Nas discussões finais da pesquisa, teve como objetivo analisar as principais potencialidades, limites e desafios do Curso IEDOC-CSH.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os principais limites, as contradições e as principais potencialidades na implementação do Curso IEDOC-CSH, Campus Laranjeiras do Sul, por meio da pedagogia da Alternância. Dentre outras questões, busca explicitar a história da Educação do Campo, no contexto das políticas públicas e evidenciar a Pedagogia da Alternância na Auto- Organização dos Estudantes no Curso IEDOC-CSH.

O Curso IEDOC- CSH é uma resposta e ao mesmo tempo uma demanda histórica do território da Cantuquiriguaçu¹, que é a necessidade de formar educadores e educadoras do campo.

O trabalho comporta a construção de três capítulos, sendo que no **Capítulo I: A luta por uma educação do e no Campo**, foi analisado o histórico da Ed.do Campo relacionado à questão da luta pela terra no Brasil, entendendo que a Educação do Campo é uma resposta as necessidades dos povos camponeses, que se organizam para reivindicar o direito à terra mas, também, por condições de permanência. Assim, a educação é esta

¹ O território da Cantuquiriguaçu é uma associação que abrange diferentes municípios do médio centro oeste do Paraná. Esta organização luta pelo desenvolvimento social, político e econômico do território. Site da Cantuquiriguaçu, disponível em <http://www.cantuquiriguacu.com.br/sobre.php>. Acesso em 01/12/17

condição. Para Kuhn (2015). A Educação do Campo faz referência a um tipo de educação respaldada pela Questão Agrária Brasileira, visa o desenvolvimento territorial e humano dos sujeitos do campo, pois foi e é forjada em um contexto de luta.

Em sequência se faz necessário entender e compreender a Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, uma vez que a educação, como diz a Constituição de 1988 é direito de todos e dever do Estado. Assim, na década de 1990 com os Movimentos Sociais Populares do Campo fortemente organizados se materializou o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 1998, e o (Programa Nacional da Educação do Campo) PRONACAMPO, foi criado no ano de 2012. Estas são políticas educacionais voltadas às necessidades dos povos do campo. Toda via, como afirma Kuhn (2015) essas duas políticas se diferenciam em alguns aspectos. Pois a primeira visa formar sujeitos que possam fazer uma leitura crítica da realidade e que seja capaz de resistir e organizar sua vida no campo, esse programa entende o campo como espaço em que se produz vida. Já o PRONACAMPO, apresenta uma dicotomia bastante marcante no sentido em que este atende ao Paradigma da Questão Agrária (PQA) e também ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

No capítulo II: A Pedagogia da Alternância e a Auto-organização dos Estudantes no Curso IEDOC- CSH. Este capítulo buscou analisar o arcabouço teórico referente à Pedagogia da Alternância, sobre a questão do Trabalho como Princípio Educativo e também a questão da Auto- organização dos Estudantes. Parafraseando Farias e Faleiro (2017), a grande parte das experiências dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, se organizam em regime de alternância. Esta metodologia surge nos anos finais do século XX, na França, em um contexto social, em que trabalhadores e trabalhadoras do campo, começaram a reivindicar o direito a educação para seus filhos, sem que estes precisassem abandonar o campo. De acordo com Ribeiro (2010) a pedagogia da Alternância vivenciada nos Cursos de Licenciatura, são modos em que se pensam os tempos e espaços educativos sob outra ótica, assumindo assim um projeto de educação articulado com um outro modelo de sociedade (Perspectiva do Modo de Produção Socialista).

O Projeto Pedagógico do Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, (PPC), define Pedagogia da Alternância:

A organização do curso se dá em “momentos” pedagógicos que interagem – chamados de “Tempo Universidade” e “Tempo Comunidade” – para envolver o educando num processo educativo uno, que articula a experiência acadêmica (universitária) propriamente dita com a experiência de trabalho e vida no seio

da comunidade onde vive. Tempo-universidade e tempo-comunidade estarão imbricados, já que são formas metodológicas de interlocução sobre os mesmos temas. [...] Trata-se, de fato, de uma perspectiva de práxis, ao relacionar os saberes produzidos no campo com os saberes científicos. Por isso, a alternância adotada na Licenciatura estimula, como elementos fundamentais de formação, o exercício da pesquisa e a articulação entre trabalho e estudo. (PPC, 2013, p. 44).

Encadeada a temática da Pedagogia da Alternância, analisou-se em âmbito teórico as discussões e acerca da questão do Trabalho como Princípio Educativo na Auto-organização dos Estudantes. Tendo como referenciais teóricos os pedagogos/revolucionários da Pedagogia Socialista (Makarenko e Pistrak) e também a Proposta Metodológica (PROMET) do Curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas-Licenciatura, Campus Laranjeiras do Sul/PR. Este documento faz referência a concepção de educação que queremos a qual é pautada no Curso. Faz menção ao processo de Auto-Organização dos Estudantes, ou seja, quais são as instâncias de decisões e discussões, quais são os tempos e espaços educativos na Alternância e concepção de trabalho.

No capítulo III O Curso de Licenciatura em Alternância, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura: Entre a Utopia e a Realidade. Teve por objetivo analisar os principais limites, potencialidades e contradições, presentes no Curso, sem desconsiderar que este curso é uma política pública do Estado, mas também é uma conquista dos Movimentos Sociais Populares do Campo. A construção deste capítulo obteve como foco a análise das entrevistas semiestruturadas que foi desenvolvida com educadores (as) e educandos (os) do Curso. Neste sentido já foram pensadas e problematizadas algumas questões que visam contribuir com a pesquisa.

A pesquisa realizada é bibliográfica para compreender as nuances e o histórico da Pedagogia da Alternância, documental na análise do PPC (Projeto Pedagógico do Curso) e da PROMET (Proposta Metodológica) e empírica por meio da vivência participante com as turmas do Curso IEDOC - CSH. Primeiramente, a pesquisa se constituiu no estudo bibliográfico e comportou a realização de questionários semiestruturados, com educandos (as) e docentes do Curso, foram realizados com 10 educadores (as) e 12 educandos (as).

Por fim, destaca-se a relevância da pesquisa em questão, pois o objeto estudado representa um projeto de educação ideológico de acordo com o PPC (2013) do IEDOC-CSH. Neste sentido problematizar essa temática se faz necessário ainda mais neste

contexto de negação do direito a educação para os povos do campo. Os referenciais teóricos abordados nesta pesquisa, nos ajudam a pensar quais são os nossos desafios enquanto classe trabalhadora, enquanto Movimentos Sociais Populares do Campo, enquanto futuros licenciados em Educação do Campo e nos deixa claro que todas as conquistas são resultado de lutas. Vale ressaltar que as entrevistas utilizadas na pesquisa visam apontar os limites, desafios e potencialidades do Curso, não somente, mas apontar nossos desafios e a necessidade de reorganização frente às ofensivas do Estado neoliberal.

2. A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO

Abordar o paradigma da Educação do e no Campo é de suma importância para a Classe Trabalhadora Camponesa (CTC)². Para isso, neste I Capítulo buscaremos indagar algumas questões a fim de pensar e problematizar este paradigma, para que possamos compreender quais são os condicionantes que resultaram na consolidação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, que se analisa no capítulo II e III. Portanto, analisaremos neste capítulo, como se materializou a Educação do Campo, principalmente no âmbito das Políticas Públicas, mostrando e indagando sobre a dicotomia existente hoje na Educação do Campo no que se refere aos interesses do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Depois abordaremos os aspectos filosóficos e teóricos no qual se assentam a Educação do Campo e na parte final do capítulo abordaremos a importância da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus: Laranjeiras do Sul, no Município de Laranjeiras do Sul/PR.

A Educação do Campo é resultado, das contradições existentes historicamente no Brasil, portanto ela se materializou como resultado da luta de classes. É consequência do próprio movimento do real, da realidade em que viviam e vivem os sujeitos do campo. Neste sentido, afirmamos que a categoria de análise do objeto de estudo que perpassa todo o trabalho é a contradição:

[...]Outro elemento central trabalhado por Marx é a contradição. Ao contrário do positivismo que vê a sociedade como um conjunto de acontecimentos harmônicos e os conflitos como desvios que precisam ser consertados, para o materialismo histórico-dialético a contradição é parte constituinte da realidade concreta. Para Marx e Engels a história da humanidade, desde o aparecimento das classes sociais, se moveu pelo conflito entre a classe dominante e a classe dominada. [...] O grande mérito de Marx foi o de criar um método científico capaz de dar conta de explicar a sociedade em sua totalidade, levando em consideração as contradições e o movimento provocado pela luta de classes neste contexto. (FREITAS, 2016, p.4).

Nossa história começou a ser escrita a partir do momento em que os portugueses chegam ao Brasil, portanto, é deste momento que analisaremos o processo histórico que engendrou os pilares do que viria ser a Educação do Campo. De acordo com Dias (2016) por volta de 1.500, com a chegada dos portugueses na América do Sul, o território brasileiro foi passando por profundas mudanças. De início, o Brasil tinha uma população de sete milhões de indígenas, que viviam de forma harmônica com a natureza. Com a

² Classe Trabalhadora Camponesa, refere-se a uma pequena parcela da população que vivem no campo: Ribeirinhos, Faxinalenses, Assentados, Acampados, Possesiros entre outros. Estes produzem sua existência por meio do trabalho no campo. (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

chegada dos europeus, sua população foi sendo dizimada e escravizada. O território e a natureza existente foi sendo explorada pela Metrópole Portuguesa em função de suas riquezas naturais o que fez do Brasil uma colônia de exploração. Porém, esse processo não ocorreu de forma linear. Houve resistência de lutas e, assim, se materializou a História do Brasil, uma história de resistência e lutas. Destas, destacamos as mais importantes segundo Dias (2016), conforme elencamos a seguir:

Guerra de Canudos: (1896-1896) Ocorreu no sertão da Bahia, uma guerra entre camponeses pobres e o latifúndio. Os camponeses queriam a distribuição de terras, porém foram respondidos com muita violência, que gerou um dos maiores massacres em massa da história. Envolveu cerca de 30.000 camponeses.

Guerra do Contestado: (1912-1916). Ocorreu no sul do Brasil, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, uma guerra entre posseiros e o Estado. O estado brasileiro, portanto, os latifundiários desapropriaram as terras dos camponeses em função da construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. A estrada seria construída por uma empresa norte-americana, sendo que esta seria recompensada com grandes extensões de terras, sendo assim, necessário a expulsão dos posseiros.

De acordo Molina (2010), a educação do campo é resultado e consequência de lutas por terras assumidas nas últimas décadas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC)³, (não somente nas últimas décadas, mas é materialidade das contradições de classes ocorridas historicamente), por isso ela está diretamente ligada com o Paradigma da Questão Agrária no Brasil. Neste sentido, ressaltamos que ao abordarmos a questão da Educação do campo, precisamos contextualizar que ela é consequência de um processo de lutas por terras assumidas pelos camponeses marginalizados, principalmente nas décadas de 50 e 60 no Brasil. Neste período, temos no Brasil movimentos camponeses de lutas acirradas pela distribuição dos latifúndios, dentre eles se destacam: as Ligas Camponesas, Igreja Católica, partidos políticos como o PCB (Partido Comunista do Brasil), entre outros. Além de lutar pela distribuição dos latifúndios, lutavam e buscavam também pressionar o governo para fazer reformas de base. Contudo, a burguesia industrial da época, trouxe no terreno da história, a ditadura que acabou com todo esse projeto de emancipação popular, e é neste contexto de lutas

³ Movimentos Sociais Populares do Campo, refere-se as organizações de trabalhadores camponeses que pensam o campo em uma perspectiva de produção de vida, de cultura e conhecimentos, portanto se organizam em movimentos para fazer enfrentamentos e reivindicações por esse direito, citasse dentre outros: MST, MPA, MAB E MMC. De acordo com o site do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 07/10/2017.

que a burguesia dá uma de suas cartadas mais interessantes. Ela trouxe a Revolução Verde, “o progresso”, “o desenvolvimento”. A indústria começa a controlar o campo, ou seja, temos neste período o processo de industrialização do campo, onde o principal objetivo é expulsar as pessoas do campo, Muniz (2015). Por isso, a figura do Jeca Tatu é tão forte neste período, traz a ideia de uma camponês atrasado, sem capacidade, sem conhecimento. Sendo assim, o campo também passou a ser concebido como um lugar de atraso, a mídia começou a manipular/ alienar as pessoas, mostrando que a cidade era o lugar de progresso e desenvolvimento. Temos então nas décadas de 60 e 70 o fenômeno do êxodo rural, impulsionado pela urbanização, e pela industrialização que acabara de chegar no campo. Este processo de urbanização/ industrialização nas cidades, chega no Brasil na época do governo Vargas e somente se estende ao campo nos anos 60, na chamada Revolução Verde. Todavia, este ideário de retirar os povos do campo já vem avançando desde o governo de Vargas, foi neste período que pela primeira vez o Estado assume a educação. (Educação Rural), de acordo com Farias e Faleiro (2017).

De acordo com Sá e Silva (2012), no Governo Vargas teve um movimento de educadores (as) que lutavam por uma educação, para que esta fosse considerado um direito dos povos e dever do Estado, pois a princípio a educação era considerada um artigo de luxo pertencente somente à burguesia. Deste movimento de luta por uma educação, resultou na construção do Manifesto dos Educadores da Educação Nova 1932, Muniz (2015), afirma que este manifesto tinha como principal objetivo: defesa da escola pública, universal e gratuita; assumir a ordem capitalista; respeito às desigualdades naturais; sociedade aberta; méritos individuais; introduz vestibulares classificatórios.

Segundo Sá e Silva (2012), ao analisarmos a questão da Educação Rural, precisamos estar conscientes de seu valor, no sentido de entender que essa educação também teve seus pontos positivos, pois entendemos que aquele modo de conceber educação era uma resposta à própria necessidade da época, assim como a Educação do Campo é nos dias atuais. Falamos em elementos positivos da Educação Rural quando ressaltamos que pela primeira vez ela passou a ser uma responsabilidade do Estado. Neste período se consolidou a corrente de pensamento denominada Ruralismo Pedagógico, que tinha como principal objetivo propagar a escolarização, e fixar o sujeito no campo, evitando, assim, o inchaço das cidades, ao mesmo tempo em que este contribuiria para o desenvolvimento econômico do país, a partir da lida com a terra. Portanto segundo Sá e Silva (2012), a Educação Rural, fixou o sujeito no campo, diminuiu o número de analfabetos no país e gerou desenvolvimento econômico. Todavia, as autoras não

desconsideraram o caráter dual da Educação propagada e valorizada pelo Movimento dos Educadores (as) da Educação Nova.

Segundo Farias e Faleiro (2017), a educação rural que buscava “civilizar o homem do campo”, tinha como principal objetivo ensinar as pessoas a ler e escrever, era uma educação com base na tendência pedagógica tradicional – liberal. Portanto, seguia o modelo empresarial, assumindo, assim, a ordem capitalista, desvalorizando o sujeito do campo sua origem, seu conhecimento, sua cultura, ou seja, era uma educação depositória, a qual tinha a função de depositar conteúdos, por muitas vezes desconectados da realidade. O conceito de educação rural de Farias e Faleiro (2017) se alinha ao da autora a seguir.

De acordo com Kuhn (2015), a Educação Rural sempre esteve ligada à ideia de uma educação extremamente precária, portanto, uma educação acrítica, ela jamais se preocupou com a construção de um projeto para a transformação de realidade, pelo contrário, se vinculou a um projeto produtivista de commodities no campo brasileiro. Portanto a Educação Rural se materializa no âmbito de uma política pública de contenção que tinha como principal objetivo diminuir o êxodo rural no campo. Percebemos então, que desde a época do governo Vargas até meados dos anos 70 temos dois elementos contraditórios no qual se assenta a Educação Rural, em um momento fixar o sujeito no campo e em outro busca expulsar. O primeiro, tem a ver com a necessidade de mão de obra para trabalhar nos complexos agroindustriais no campo, e o último tem a ver com o desenvolvimento tecnológico no campo, que substitui a força física.

Parafraseando Molina (2010), este modelo de educação/ escola foi o que vigorou historicamente no Brasil. Em meados dos anos 80, passou a ser questionada a partir do surgimento dos Movimentos Sociais Populares do Campo, que negavam este tipo de educação. No início, não se tinha um caminho certo a seguir, um projeto pronto e acabado, o que se tinha era a negação do paradigma da Educação Rural, pois esta não era articulada com as questões que permeiam o campo, muito menos valorizava os povos do campo.

Pautada inicialmente pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC), a necessidade de uma educação que seria o inverso da educação rural, principalmente no que se refere ao seu conteúdo e a sua forma. Esta, deve se vincular, deve estar ligada com o próprio campo marcado pelos conflitos e contradições, sendo assim, se materializou a Educação do Campo, articulada com a luta pela terra e com os MSPC.

Kuhn (2015), afirma que a Educação do Campo não é somente um movimento de luta pela educação, ela também é um instrumento de crítica ao modelo de educação

vigente. Como já salientado por Molina (2010), a educação do campo surge de uma necessidade, de valorização do sujeito e do próprio campo. Nos documentos oficiais, cartas dos eventos, relatórios finais e para Kuhn (2015), no ano de 1997, educadores e educadoras apresentam o conceito de Educação do Campo, em contraposição ao conceito de educação rural no I Encontro Nacional de educadores da Reforma Agrária, (ENERA), articulado pelo Setor de educação do MST, este encontro ocorreu em Brasília e contou com a presença de 700 participantes, momento em que também comemoravam 10 anos de construção de setor de educação do MST. Kuhn (2015), afirma que o encontro tinha como pauta discutir e refletir sobre os problemas educacionais, nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, ao qual o setor de Educação do MST, se coloca como protagonista, a fim de superar as fragilidades da educação e potencializar as lutas pela educação, que vem sendo desenvolvida nos acampamentos e assentamentos. Neste encontro, também foi construído um documento intitulado: Manifesto dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, que teve como principal elemento a luta por uma educação pública nos acampamentos e assentamentos, educação que tinha e tem como meta acabar com o *analfabetismo*, além de uma formação crítica da realidade. Neste encontro, foi colocado como principal desafio ao setor de educação do MST, juntamente com as universidades a construção de um projeto de educação que mais tarde recebeu o nome de PRONERA.

Segundo Molina (2010) e Kuhn (2015). Este movimento de luta pela educação do campo, se alinha como já apontamos concatenada à luta pela terra protagonizada pelo MST⁴. Esse processo de luta, ocorreu em um momento histórico muito interessante, momento em que se tinha um governo neoliberal no poder (Fernando Henrique Cardoso), portanto, os povos do campo vivenciavam uma realidade violenta, marcada por derramamento de sangue. No Paraná temos como exemplo a morte do companheiro Vanderlei das Neves, morto pelos jagunços da Antiga Fazenda Giacomet Marondim. No Pará, aconteceu o Massacre do Eldorado dos Carajás, matando 19 trabalhadores, todos no ano de 1997.

Nesse sentido, ao articular educação com a Questão Agrária no Brasil, a Educação do Campo subentende que é uma educação voltada aos interesses dos camponeses. Por isso, construída coletivamente pelos próprios sujeitos do campo, toda via, ela embasa em

⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é organização busca pressionar o governo para fazer a reforma agrária, para isso o faz enfrentamentos diretos como ocupações de latifúndios. Segundo Stédile (1999).

fontes teóricas que tem como princípio a construção de um novo sujeito, de uma sociedade sem classes sociais. Sendo assim, a Educação do Campo no que tange aos aspectos teórico-filosóficos se alia à teoria marxista. Nesta perspectiva, se faz necessário entendermos o conceito de Estado, proposto por Marx e Engels. Compreender também o processo que a Educação do Campo percorreu até a sua chegada na burocracia estatal, uma vez que a educação pública é direito.

Conceito de Estado em Marx e Engels apud Kuhn (2015)

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS,1984, apud KUHN 2015, p.100)

De acordo com o elencado acima, o Estado para Marx e Engels é entendido como uma espécie de “comitê” que funciona à serviço da classe dominante, é o meio legal pela qual ela exerce o poder, da coerção e exploração.

Vale lembrar que os expoentes / pesquisadores e sujeitos da educação do Campo realizaram vários debates em torno da questão do que é o Estado, e entenderam a necessidade de uma *não ortodoxia do pensamento filosófico Marxista*, portanto a educação do campo entende e concebe o Estado como um espaço/ campo de disputa, por mais que este sege um instrumento de opressão da burguesia sobre os trabalhadores em prol da manutenção da propriedade privada. Kuhn (2015).

A educação do Campo, também se fundamenta, em outras concepções filosóficas que analisa o papel do Estado em uma sociedade de classes, como por exemplo, a concepção de Estado Ampliado em Gramsci. De acordo com Silva [XXI--?], parafrazeando Gramsci argumenta que diferente de Marx, Gramsci entende e concebe o Estado como sendo a junção entre a sociedade civil e a sociedade política, que, portanto, o poder não se concentra apenas no corpo do Estado, mas também em instituições organizadas como escola, igreja entre outras. Neste sentido, o Estado Ampliado (Sociedade Civil + Sociedade Política), atende a diferentes interesses, ora interesses da classe trabalhadora, ora interesse da classe burguesa. Todavia, essas questões variam dependendo da correlação de forças estabelecidas entre essas classes. Por sequência, entendemos a luta pautada pela Classe Trabalhadora Camponesa, por uma Educação do Campo de qualidade deveria ser disputada no próprio Estado. (SILVA, [XXI--?]).

Kuhn (2015), argumenta que o Estado deve ser disputado pela via política pública, pois a política pública garante a consolidação dos direitos sociais. Sendo assim, a

Educação do Campo, pautada pelos movimentos sociais, pelos povos do campo, deve pressionar o Estado para que este formule e construa políticas voltadas às especificidades do campo.

Com o envolvimento de diferentes povos do campo comprometidos com a educação do campo, a causa foi ganhando força que resultou na:

(...) II Conferência Nacional de Educação do Campo de 2004 que confirma a força assumida pela luta por uma política pública de Educação do Campo, através do lema aprovado pelos seus participantes: “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado” (KUHN 2015, p. 117).

De acordo com Kuhn (2015), esta autora nos coloca alguns questionamentos ao pensar o paradigma da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas. A autora reconhece o caráter inovador e ousado dos Movimentos Sociais ao lutarem por uma educação supostamente digna aos povos do campo e junto a isso se soma a luta por uma política pública de caráter emancipatório que viabilizaria uma educação do campo pública e de qualidade. Todavia, quando os Movimentos Sociais disputam o Estado, no que se refere a políticas públicas para a materialização da Educação do Campo, coloca os povos do campo e a própria Educação do Campo em condição de subalternidade, inferioridade. Esta se vê amarrada pela burocracia estatal.

Segundo Molina (2003), a Educação do Campo se materializou no âmbito das políticas públicas pela via do (PRONERA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que foi articulado no (IENERA) Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária em 1997. Este programa foi abrigado juntamente ao (INCRA), Instituto de Colonização e Reforma Agrária e somente mais tarde passou a ser ligado junto ao (MEC) Ministério da Educação. Disso, a autora argumenta que o PRONERA não é somente uma *política de educação*, mas, sim, uma política extremamente ligada com a questão da *Reforma Agrária*. Essa luta se dá em dois momentos, o primeiro, se refere à luta pela terra, no enfrentamento ao latifúndio brasileiro, e o segundo momento se dá após a conquista de terra, por condições de permanência na terra, onde a educação é uma delas.

Para compreendermos a trajetória do PRONERA é preciso recorrer ao contexto histórico do que foi os anos 80 e 90 no Brasil. Uma época marcada por lutas. Anos seguintes, a Ditadura Militar que trouxe na sociedade uma época de intensa repressão à classe trabalhadora, época que simbolizou a perda de muitos direitos, de mortes e perseguições violentas aos que sonhavam com uma sociedade mais justa, com outro modelo de produção, que não ao do capital. Temos nesse período a intensificação do avanço do capital no campo, caracterizando o Brasil com uma estrutura totalmente

latifundiária e improdutiva. Segundo Molina (2010), O que resultou no surgimento de Movimentos Sociais Populares do Campo, que buscavam pressionar o governo para realizar a Reforma Agrária, além da luta pela retomada da democracia no Brasil. Contudo, esse momento de ascensão e organização dos movimentos sociais, foi marcado pelo derramamento de sangue (Massacre do Eldorados dos Carajás).

Esse massacre em massa conforme Kuhn (2015) chocou a sociedade. Sendo assim, o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, precisava minimizar as repercussões dessa tragédia, visando meramente sua reeleição e não uma preocupação com a necessidade de uma Reforma Agrária de fato, somando-se a essa questão tem-se também a grande articulação e organização presente no MST e em algumas universidades, que resultou na construção do PRONERA, este programa representa a luta pela Reforma Agrária, incorporando um novo elemento, ou seja, a luta por uma política de educação, a Educação do Campo.

Conjugando toda essa mobilização com a conjuntura política da época, o governo criou em 16 de abril de 1998, através do então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pela Portaria Nº. 10/98. O PRONERA significou a pioneira inserção da questão da Educação do Campo no âmbito do Estado brasileiro, vinculando educação e Reforma Agrária. Tem-se, portanto, um fato significativamente importante e novo para a análise da questão agrária no Brasil. De acordo com Molina, em sua Tese de doutoramento, “a luta dos movimentos sociais para a sua realização [da reforma agrária] incorporou mais um elemento à constituição da questão agrária brasileira: a Educação do Campo” (MOLINA, 2003, p. 3-4), onde o PRONERA figura como concretização desta compreensão em termos de política pública. (KUHN 2015; p. 165)

De acordo com Molina (2010), O PRONERA é um programa que tem como um dos seus objetivos alfabetizar jovens e adultos em áreas de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária. No ano de 2000, o programa contou com a participação de dezenas de universidades federais e estaduais com cursos e projetos nos assentamentos. Ele também se realiza por níveis de escolaridade até o Ensino Superior. Para além, o programa tem como objetivo fortalecer o processo de Reforma Agrária.

Referenciando Kuhn (2015), tratar da problemática da Educação do Campo não é uma tarefa fácil, e para qualificar de forma sistemática este trabalho, iremos acrescentar neste, outros elementos que nos auxiliam a pensar e compreender a questão da Educação do Campo no território brasileiro.

Para Kuhn (2015). A educação do Campo de que falamos até agora faz referência a um tipo de educação respalda pela Questão Agrária Brasileira, visa o desenvolvimento territorial e humano dos sujeitos do campo e é dessa visão de mundo que se materializa

na prática o que chamamos de PRONERA. Todavia, existem dois paradigmas que também utilizam o conceito de Educação do Campo, mas com perspectivas e pontos de vistas extremamente diferentes. O *Paradigma da Questão Agrária* e o *Paradigma do Capitalismo Agrário*. O Paradigma da Questão Agrária segundo Kuhn (2015), é o paradigma que valoriza as formas de relações e produções estabelecidas no campo, a partir da perspectiva dos sujeitos que vivem e produzem sua existência no campo. Sendo assim afirmamos que o PRONERA, é mais que um programa ou uma política de educação, como a própria Kuhn (2015, p.168) nos chama a atenção (...) “É um programa que se soma de forma orgânica a luta pelo acesso e permanência na terra. Isso porque entende a Ed. do Campo, não é primordialmente, uma questão de Educação, mas sim uma questão de Campo”. Ou seja, a autora concebe o PRONERA como uma política também de desenvolvimento territorial, em que a educação é parte desta política.

Outra política educacional que é de suma importância na análise é o PRONACAMPO (Programa Nacional da Educação do Campo), foi criada no ano de 2012 e está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/ MEC). O objetivo deste programa é escolarizar todos os sujeitos que vivem no campo, diferente do PRONERA, que é atender apenas o público das áreas de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária. Um dos principais elementos que Kuhn (2015), analisa e problematiza é o fato de o PRONACAMPO e a própria Educação do Campo nos seus fundamentos filosóficos, nos seus princípios norteadores, não fazerem menção à Reforma Agrária, neste programa a educação não está vinculada a luta pela terra, onde ambas viabilizariam o processo de desenvolvimento territorial e social do campesinato. O campo é citados apenas como uma base física onde se materializa a Educação do Campo. Conforme o Art 3º da Portaria N° 86 de 1º de fevereiro de 2013, citado por Kuhn (2015), este documento trata dos princípios da Educação do Campo, onde podemos perceber a não menção à Reforma Agrária.

- I- Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola

e às condições climáticas; e V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (KUHN 2015, p. 199)

O próprio PRONACAMPO, não faz referência à Reforma Agrária necessária no país. Percebe-se isso quando são analisados os (4) quatro eixos que sustentam o programa:

São 4 eixos principais: 1 – gestão e práticas pedagógicas, 2 – formação de professores, 3 – educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica e 4 – infraestrutura física e tecnológica para as escolas (MEC, 2012 apud KUNH 2015, p.198).

Conforme as análises de Kuhn (2015), o PRONACAMPO apresenta duas diferentes interfaces, uma certa dicotomia, pois ao mesmo tempo em que se alia aos princípios do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), e se alia ao Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para melhor compreender este processo se faz necessário retomar ao conceito de Estado formulado por Engels e Marx (1885). A partir daí é possível reafirmar que o Estado ao formularem políticas públicas exigidas pelos movimentos sociais, este corre o risco de essa política não representar o seu interesse, uma vez que o Estado é o órgão representativo dos interesses hegemônicos. Para que possamos compreender melhor essa dicotomia existente no PRONACAMPO, recorreremos à duas políticas recorrentes do programa: o PRONATEC (Programa de acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo).

Segundo Kuhn (2015), O PRONATEC foi criado em 2011 pelo governo federal, e tem como objetivo ofertar cursos profissionalizantes em nível médio, ou seja, esse programa visa a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, aqui o conceito de Educação do Campo, é tomado a partir do Paradigma do Capitalismo Agrário. Sendo assim, no que se refere aos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado é maior para o PRONATEC, se comparado o PRONERA por exemplo. O PRONERA, ao longo de sua história (1998- 2014), teve um investimento de 540 milhões de reais, valor 25 vezes menor que o PRONATEC recebeu na sua primeira fase de 4 anos. Já o PROCAMPO é uma proposta que visa a formação de educadores (as) para atuarem no campo, foi criado em 2006, a partir das demandas sociais e compõe o segundo eixo do PRONACAMPO que é a formação de professores para atuarem nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Os cursos são pensados a partir de uma lógica de valorização dos sujeitos do campo, por isso a formação dos educadores (as) do campo, são pensados a partir de uma outra perspectiva, de uma formação humana, de uma educação omnilateral afim de contribuir com o desenvolvimento territorial e social. Assim, afirmamos que o

PROCAMPO se alia as questões objetivantes do Paradigma da Questão Agrária. Portanto, esses cursos respaldados por outra proposta metodológica, que venha a contribuir com a luta pelo campo e pela a Educação do Campo.

“Essa proposta metodológica se sustenta por alguns eixos principais: 1º Ingresso de educandos camponeses, 2º Garantia do protagonismo dos movimentos sociais, 3º Vinculação dos curso com as escolas do campo 4º Formação por áreas do conhecimento”. (KUHN,2015, p.209).

De acordo com o PPC (2013), O último edital publicado pelo MEC por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, possibilitou a abertura de novos Cursos de Licenciatura em Educação do campo, isso ocorreu no ano de 2012, onde um deles é Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Fronteira Sul, que acontece em Regime de Alternância, no Município de Laranjeiras do Sul/ PR.

Molina (2015), afirma que os licenciados em Educação do Campo, devem ter uma formação do ponto de vista da classe trabalhadora, ou seja, a formação do licenciado deve contemplar a luta por uma sociedade mais justa, este deve auxiliar e dirigir processos revolucionários nos locais onde vivem, como por exemplo: entender que o conhecimento não se faz somente na sala de aula, participar de uma manifestação, de uma ocupação, também são processos educativos. E para além disso, o licenciado deve ter compreensão dos dois modelos de agricultura o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e tomar posicionamento político.

2.1 O CURSO IEDOC CSH NO ÂMBITO DA UTOPIA DE UMA UFFS POPULAR

A Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, está localizada no Assentamento Oito de Junho, no Município de Laranjeiras do Sul, No território da Cantuquiriguaçu, no Estado do Paraná. De fato falar em uma Universidade Federal, em alguns anos atrás era uma utopia, que no ano de 2009 se tornou realidade. Criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, de acordo com a página da internet da UFFS. Para a Classe Trabalhadora Camponesa foi uma de suas maiores vitórias, se igualando, portanto, a uma vitória contra o próprio latifúndio, que é uma das características da região, o conflito agrário. A região onde está localizada a UFFS, no Campus Laranjeiras do Sul, é uma região que tem sua economia voltada a agropecuária, agricultura e a agroindústria, ou seja, são populações que produzem sua existência no campo, dentre estes se destacam: Assentados, Acampados, Indígenas e Quilombolas.

De acordo com Hammel (2016).

(...) O Território da Cantuquiriguaçu é composto por vinte municípios que tem como base de sua produção econômica a agropecuária, contando com uma população de 232.546 habitantes dos quais 107.743, ou seja, 46, 22% vivem em área rural.(...) Outra característica desta região, é contar com o maior complexo de áreas de reforma agrária do Paraná, constituído por cerca de cinco mil famílias assentadas, ou em processo de assentamento. A região conta ainda, com os dois maiores territórios indígenas reconhecidos, a Terra Indígena Rio das Cobras e a Terra Indígena Mangueirinha, nas quais vivem indígenas das etnias Kaingang, Xetãs e Guaranis. Situam-se ainda no Território da Cantuquiriguaçu quatro comunidades quilombolas, que lutam por seu processo de reconhecimento. (HÁMMEL 2016, p. 3)

Neste sentido, a UFFS se justifica como sendo mais que uma necessidade da Classe Trabalhadora Camponesa (CTC) é um direito, pois tem como papel assegurar o direito à educação historicamente negado aos povos do campo, mais que isso, ela também é um pilar importante para o desenvolvimento econômico da região da Cantuquiriguaçu, uma vez que seus cursos são pensados de acordo com a necessidade de desenvolver a região no âmbito econômico e social. Deste modo, podemos afirmar que a UFFS possui um caráter popular, não somente no sentido de promover a inclusão dos povos do campo mas compromete-se com um desenvolvimento que visa a transformação social. Dessas reflexões pode-se afirmar que UFFS é a continuidade das lutas assumidas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo, sendo que não basta somente realizar processos de lutas pela Reforma Agrária, é necessário condições para se manter nelas. A UFFS é, por consequência, uma dessas condições.

Segundo Hammel (2016), a Universidade Federal da Fronteira Sul é resultado de um processo histórico de lutas assumidas por Movimentos Sociais do Campo, OGNs e Entidades Públicas num acordo, criaram um movimento Pró Universidade Federal⁵, este movimento buscou lutar pelo direito dos povos camponeses historicamente excluídos do acesso à o Ensino Público Superior, estes povos estão localizados na região Sul do país, onde a UFFS se faz presente. Desde o início do debate pela universidade se cogitava a possibilidade de esta, vir para o Município de Laranjeiras do Sul, contribuindo para o desenvolvimento dos municípios da região Cantuquiriguaçu, e hoje se materializou e se materializa na região, como já citado.

Hoje, a UFFS oferta 6 cursos: Agronomia com Ênfase em Agroecologia; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Aquicultura; Economia; Interdisciplinar em

⁵ Pró Universidade Federal: É a coesão de vários Movimentos e Organizações Sociais, Sindicais que lutaram para a implantação da universidade na região da Fronteira Sul, principalmente no Município de Laranjeiras do Sul. HAMMEL (2016).

Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática com Ênfase em Ciências Agrárias; Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais.

Parafrazeando os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2009). O direito ao Ensino Superior e a própria Educação Básica, foi sempre negada aos povos do campo.

Historicamente o direito à educação foi negado à população do campo. Segundo dados do IBGE 2009, a população rural brasileira é de 31,4 milhões de pessoas, que corresponde a 16,5%. De um total de 13.933.173 de analfabetos em todo o país, 4.935.448 estão no campo, sendo que o analfabetismo rural é três vezes maior que o urbano, correspondendo a 35,4%. Os anos de escolarização da população do campo é de 4,5 anos em relação ao urbano que é de 7,8. Em relação aos professores que atuam no Campo, o Censo Escolar de 2011 aponta que de um total de 342.845 professores, 160.317 não possuem educação Superior, sendo que, destes, 156.190 apenas possuem ensino médio e 4.127 possuem somente o ensino fundamental. (Projeto do CECAMPO, da UFFS Campus Laranjeiras do Sul, 2015, p. 3).

Dessa análise histórica de exclusão e contradições, foi pautado inicialmente pelos Movimentos Sociais, a necessidade de Cursos de Graduação, visando formação de educadores (as) para atuarem nas áreas de Assentamento da Reforma Agrária, Terra Indígena e o território Quilombola, dessa luta se constituiu dois cursos para a formação de educadores (as) para atuarem nas escolas do campo: Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Matemática com Ênfase em Ciências Agrárias; Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais. O público desses cursos, são jovens que vivem em sua maioria no campo, oriundos de escolas públicas, tendo agora acesso ao Ensino Superior, ocupando, portanto, o latifúndio do conhecimento, isso demonstra o caráter público e popular que a UFFS vem assumindo desde a sua constituição.

3. CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA DA UFFS, NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL: A questão da Pedagogia da Alternância na Auto-Organização dos Estudantes

O Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais-Licenciatura, (IEDOC CSH) Campus Laranjeiras do Sul/PR é resultado do Edital de seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012 e do programa: PROCAMPO⁶. Percebemos que o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, possibilitou às Universidades Federais a apresentarem projetos de Curso em Licenciatura em Educação do Campo, por meio do PROCAMPO.

Segundo Hammel (2016), o curso foi pensado e construído pelo Coletivo de Educadores⁷ da Universidade, no PPC (2013), Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, que explicita formas organizativas da Educação do Campo como por exemplo a Pedagogia da Alternância.

Conforme o Edital de seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012, este dá a possibilidade de as universidades apresentarem propostas de Cursos em Educação do Campo, no qual também possibilita às universidades a criar formas de ingresso específico. Analisando o (PPC) Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura (2013), percebemos que foi pensado uma forma específica de ingresso, onde o candidato pode ser indicado por escola, associações, cooperativas, ou pode realizar uma prova de aferimento de conhecimentos do Ensino Médio, além da entrega de um memorial sobre a experiência pessoal e profissional do candidato. O mesmo Edital prevê a formação de 6 turmas.

O Curso IEDOC-CSH é resultado de um grande processo de luta, pois se vincula a uma proposta de formação de sujeitos do campo, que para além do domínio do conhecimento científico, seja capaz de interferir no ambiente social em que vivem. Formação plena, que possibilite compreender as múltiplas dimensões do ser humano. Os

⁶ PROCAMPO: Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. de acordo com Kuhn (2015).

⁷Coletivo de educadores da UFFS, que lutaram e pensaram o Curso Ciências Sociais e Humanas-Licenciatura: Solange Todero von Onçay, Felipe Mattos Monteiro Joaquim Gonçalves da Costa, Lísia Regina ferreira, Michels Mariano Luis Sanchez, Miguel Mundstok Xavier de Carvalho, Patricia Guerrero, Priscila Ribeiro Ferreira, Siomara Marques. De acordo com PPC (2013)

educandos (as) desse curso são oriundos do campo. Em sua maioria, são indígenas, acampados, assentados, os quais acabam definindo e construindo coletivamente o perfil do curso, na perspectiva de formar sujeitos comprometidos com um projeto contra-hegemônico. Neste sentido, seu forte vínculo com os MSPC se justifica por esse mesmo ideal de classe trabalhadora, que é alcançar a emancipação humana, pela via da transformação social. Vale lembrar também que o curso e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) são resultados da luta dos Movimentos Sociais de nosso território. Expresso no PPC (2013) do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais- Licenciatura:

Considerando o contexto histórico regional/nacional nos últimos anos, que teve o terreno da luta de classes marcado por reivindicações de direitos sociais a partir da afirmação econômica, política, social e cultural de diferentes sujeitos históricos, inscrevem-se as lutas dos camponeses pobres afirmando-se enquanto agentes de transformação social. Da formação social e cultural desses movimentos sociais populares, nascem diferentes projetos pedagógicos, dos quais a concepção de Educação do Campo faz parte. O compromisso ético-político da Universidade com a formação de novos educadores e educadoras precisa partir concretamente da base material mencionada acima [...]. Partindo do pressuposto de que a Educação do Campo tem em vista a mobilização, a politização e a formação humana no sentido contra hegemônico e considerando o modo como ela vem sendo organizada no Brasil sob a perspectiva dos Movimentos Sociais Populares. Entende-se que a proposta do curso se inscreve na perspectiva histórica, dando sentido para os princípios ético-políticos, epistemológicos, metodológicos e a sua constituição nos marcos legais. Essa compreensão, insere o processo de constituição da concepção de Educação do Campo no âmbito da totalidade histórica e como resultado/consequência necessária do movimento da realidade e das suas contradições sociais e de classes. (PPC, 2013, p. 30 e 31).

O Curso IEDOC CSH, da UFFS, se organiza por meio da Pedagogia da Alternância⁸, que é uma forma em que se alternam os tempos educativos, sendo eles Tempo Comunidade (TC) e o Tempo Universidade (TU). Durante o T.U os educandos (as) ficam nas dependências do CEAGRO⁹, no Município de Rio Bonito do Iguazu em internato, condição que exige do coletivo de educandos (as) um processo de Auto-Organização e Auto- Gestão das turmas do Curso. Esta organização está referenciada no PPC (2013) do Curso e nas Propostas Metodológicas das Turmas (PROMET's)¹⁰. Assim

⁸ Pedagogia da Alternância: O referido trabalho optou por este conceito, considerando ser um conceito historicamente construído e amplo, que permite, mensurar, as múltiplas dimensões do Curso em questão. Considera-se que nos referenciais consultados aparece os conceitos “Pedagogia da Alternância, Modalidade de Alternância, Regime de Alternância, Sistema de Alternância, Método de Alternância, dentre outros.

⁹ CEAGRO: Centro de Capacitação em Agroecologia. Neste local acontece cursos voltados aos princípios do MST e de outros movimentos do Campo e agora é onde acontece as aulas do Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo Ciências Sociais e Humanas da UFFS.

¹⁰ PROMET: Proposta Metodológica de Organização. É um documento com base legal que orienta a organização de cada turma, nela consta os objetivos e metas do semestre, portanto varia conforme a turma. Para além disso ela faz menção a outros aspectos da vida coletiva na Alternância, como: o trabalho e a auto-organização dos estudantes. PROMET (2014).

,falaremos com mais ênfase no terceiro capítulo. Neste capítulo, abordaremos referências teóricas e experiências sobre a Pedagogia da Alternância na Auto-Organização dos Educandos (as), ao quais deram base para a implementação do curso analisado nesta pesquisa.

Parafraseando Farias e Faleiro (2017), a grande parte das experiências dos Cursos de licenciatura em Educação do Campo, se organizam em regime de alternância. Esta metodologia surge nos anos finais do século XX, na França, em um contexto social, em que trabalhadores e trabalhadoras do campo, começaram a reivindicar o direito à educação para seus filhos, sem que estes precisassem abandonar o campo. Ribeiro (2010), analisa esse processo de surgimento da Pedagogia da Alternância com maior aprofundamento, tendo como referência as Casas Familiares Rurais na Itália e na França. No Brasil, analisa também as experiências desta pedagogia no ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e no FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa) evidenciando suas principais contradições, no que diz respeito aos princípios assumidos pelos MSPC: Liberdade, Autonomia e Emancipação (RIBEIRO, 2010). Ou seja, é preciso pensar sobre os avanços e limites desta pedagogia, uma vez que assume um projeto de educação articulado com um novo e possível modelo de sociedade.

O PPC do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, define Pedagogia da Alternância:

A organização do curso se dá em “momentos” pedagógicos que interagem – chamados de “Tempo Universidade” e “Tempo Comunidade” – para envolver o educando num processo educativo uno, que articula a experiência acadêmica (universitária) propriamente dita com a experiência de trabalho e vida no seio da comunidade onde vive. Tempo-universidade e tempo-comunidade estarão imbricados, já que são formas metodológicas de interlocução sobre os mesmos temas. [...] Trata-se, de fato, de uma perspectiva de práxis, ao relacionar os saberes produzidos no campo com os saberes científicos. Por isso, a alternância adotada na Licenciatura estimula, como elementos fundamentais de formação, o exercício da pesquisa e a articulação entre trabalho e estudo. (PPC, 2013, p. 44).

Em relação à pedagogia da alternância, destaca-se o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). Segundo Ribeiro (2010), quando se fala de Pedagogia da Alternância, o TU para ele é tempo escola e o TC é o momento de diálogo concreto com a comunidade.

[...] A Pedagogia da Alternância, consiste na articulação entre Tempo Escola-TE e Tempo Comunidade – TC. No TE, os educandos permanecem de duas semanas a dois meses, dependendo do curso, no espaço da escola, em regime de internato. No TC, os educandos retornam as suas comunidades familiares, ou às comunidades, ou assentamentos, ou ainda aos acampamentos, para

colocarem em prática os conhecimentos que foram objetos de estudo no TE, a partir da problematização dos cultivos e do manejo da criação, feita no TC. [...] Portanto, a pedagogia da Alternância, em tese, articula prática e teoria em uma práxis. Esse método em que se alternam situações de aprendizagem escolar com situações de trabalho produtivo. (RIBEIRO, 2010, p.292).

Deste modo, verifica-se a importância do curso em ter um momento para teorização e problematização da realidade e dos conhecimentos produzidos pela humanidade na sala de aula. Após isso, os educandos retornam às suas comunidades, evidenciando neste tempo as contradições postas da realidade, retornando para o T.U como objeto de análise e discussão, apontando possibilidades de intervenção junto aos Movimentos Sociais Populares do Campo, formando, assim, um movimento dialético da construção dos conhecimentos teóricos/ práticos.

De acordo com Farias e Faleiro (2017), a pedagogia da Alternância surgiu de uma necessidade dos povos camponeses franceses, pois os jovens camponeses perderam o interesse pela escola, uma vez que os conhecimentos escolares não eram articulados ao modo de vida e de trabalho no campo. Assim, familiares dos jovens com apoio da Igreja Católica criam o *Maison Familiale Rurale-MFR* em 1935, na França, onde filhos de agricultores ficavam uma semana por mês estudando nesta casa escolar e permaneceriam três semanas em suas comunidades. Essa pedagogia se expandiu por toda a Europa além da Ásia, África, América e Oceania, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Ribeiro (2010), as experiências da Pedagogia da Alternância na França e na Itália, são por essência diferentes. Uma vez que na França essa pedagogia é resultado de uma necessidade material dos camponeses e na Itália ela é uma política do Estado. Este contexto reflete nas propostas de ensino organizado em alternância, por exemplo, os educadores (as) italianos por não estarem diretamente ligados com a construção da proposta pedagógica: Pedagogia da Alternância, se sentem menos motivados do que os educadores (as) franceses em se envolverem de forma eficaz com a proposta. A experiência de Pedagogia da Alternância desenvolvida na Itália influenciou a criação das Casas Familiares Rurais (CFRs) no Brasil que surge no país pela primeira vez no ano de 1968, no Espírito Santo e se materializa no contexto das Casas Agrícolas, Escolas Comunitárias e as Casas Familiares Rurais, e agora uma proposta utilizada nos Cursos de Licenciaturas em Educação do Campo.

Citando o Projeto do CECAMPO¹¹ (2015):

¹¹ CECAMPO: Centro de Educação do Campo, demanda dos MSPC e da Articulação Paranaense por Uma educação do Campo pela construção de um centro educacional que possibilite alojamento e toda a

[...] Cursos em regime de alternância. O ensino, a ser oferecido dentro deste princípio metodológico torna-se interventor da realidade, e a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade, precisando ser participativa, crítica construtora dos possíveis modos de organização, produzindo avanços na recriação do conhecimento e das organizações. Este fazer social, se refletido, torna-se a maneira de integrar conhecimento e prática (práxis), como condição, para que coletivos e indivíduos sejam capazes de criar e dar rumo à história. (CECAMPO-UFFS, 2013, p. 15)

O Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais-Licenciatura, organizado por meio da alternância dá a possibilidade a filhos de camponeses, indígenas, assentados, acampados entre outros a frequentarem o curso, mas além de tudo garantir a permanência de acordo com os resultados obtidos na pesquisa qualitativa realizada com os educandos (as) do Curso IEDOC- CSH. Desta forma entende-se que o Curso por meio da Pedagogia da Alternância é resultado de uma demanda específica do campo, assim como na França. Segundo o PPC (2013), como já salientamos o Curso possui um posicionamento de classe e a educação é uma ferramenta de luta contra este sistema desigual capitalista. Desta forma, podemos afirmar que o curso representa um projeto político ideológico, o qual é reflexo de uma análise material no Brasil, onde se constitui em um conflito permanente de classes, Sendo portanto, uma expressão da luta de classes, em especial representada, segundo Kuhn (2015), a luta pela terra e o próprio desenvolvimento territorial e social dos povos camponeses, onde o acesso ao conhecimento científico é condição deste desenvolvimento. A Pedagogia da Alternância se coloca em muitas experiências como protagonista, no sentido de potencializar este projeto de educação que visa à transformação social.

Como salienta Dias (2015), no capitalismo a produção do conhecimento científico, foi apropriado pela burguesia, isso quem nos mostra é a própria história, e o que chega a nós classe trabalhadora, como afirma Freire (2005), “é uma educação bancária e fragmentada”. Esta forma de educação combina com o próprio sistema capitalista, o qual possui duas classes sociais, que Freire (2005) chama de Opressores: Classe dominante e oprimidos: Classe dominada, divisão de classes necessária para manutenção da propriedade privada e do status capitalista. Esta estrutura social capitalista, se reflete deste modo na escola e na educação. Então, tem-se uma educação dual: um projeto de educação para a burguesia e outro para a classe trabalhadora.

infraestrutura para a manutenção de cursos que se organizam pela proposta da alternância). A “Utopia de uma infraestrutura adequada, para a implementação plena da Pedagogia 2017.

Como já mencionado no capítulo I, a Educação do Campo é resultado das lutas gestadas pelos MSPC. Aqui entendemos a Pedagogia da Alternância como a materialidade de demandas sociais camponesas. De tal modo, é notável de acordo com Ribeiro (2010) uma rejeição pela comunidade científica, em relação aos fundamentos da Pedagogia da Alternância. Este método de organização como já descrevemos tem sua gênese nas CFRs na França e nas CFRs na Itália, e se expandem pelo mundo no período entre as duas grandes guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) e durante o pós-guerra. Este movimento de expansão contou com o apoio da igreja católica, inclusive financeiro, mostrando desta forma sua preocupação com as questões sociais, não somente isso, ela representava uma espécie de “terceira via”, na disputa pela hegemonia da sociedade. Neste contexto, se tem o embate muito forte pelo Liberalismo e Comunismo. Já o Estado não somente o brasileiro, mas o Estado como entendido na concepção de Marx (1881), como aparato de dominação e repressão jamais se preocupou com a escolarização dos camponeses pobres, por sequência a origem da Pedagogia da Alternância é resultado do descontentamento de educação escolar oferecida aos filhos dos camponeses.

Assim, afirma Ribeiro (2010):

Sem aprofundarmos a discussão, podemos pensar que as iniciativas da educação camponesa, que estão na origem da pedagogia da alternância, resultem de um descontentamento oferecida aos filhos de agricultores. Isso explicaria sua construção a partir das práticas sociais camponesas, que reconhecem a importância do vínculo entre o estudo e trabalho para que seus filhos possam garantir a permanência na terra. Essa modalidade de método não foi gestada nas universidades; ela nem envolveu pesquisas educacionais nem docentes até porque, na sua maioria, esse profissional tem estado afastado das questões que envolvem as classes populares, principalmente, mas não só, das que vivem nas áreas rurais. (RIBEIRO, 2010, p. 299).

Se pensarmos em termos de Brasil, notamos que essa desvalorização com os camponeses Sem Terra também é evidente, uma vez que o Estado é entendido como um gestor da propriedade privada. Daí resulta em uma cultura do positivismo da abstração dos conhecimentos científicos e além disso, um grande desprezo pelas atividades rurais.

Discorrendo sobre as experiências da Pedagogia da Alternância na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). De acordo com Ribeiro (2010), ela se torna muito importante pois também se vincula a um projeto efetivo na busca pela valorização das questões que permeiam o campo.

O FUNDEP e o ITERRA são uma espécie de instituição vinculada aos MSPC, que viabilizam cursos, desde a Ciranda Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Ensino

Médio e Curso Superior, que são organicamente vinculados ao projeto da Educação do Campo. Ao retomar o histórico da Pedagogia da Alternância, no ITERRA e FUNDEP, e necessário frisar que essas se diferenciam das experiências até agora relatadas. Em seu arcabouço teórico, ela traz os princípios das experiências socialistas no que se refere à questão do trabalho como princípio educativo na Auto-Organização dos Estudantes, a qual busca concatenar a relação entre trabalho manual e intelectual, necessário para a formação de um sujeito novo para o socialismo, ou seja, se iniciava assim um projeto de educação vinculada a uma nova sociedade.

Esta concepção de Educação também é fomentada nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, uma possível educação que nos leve à emancipação. Neste sentido os cursos de licenciatura buscam nas experiências socialistas exemplos de Auto-Organização voltadas ao trabalho como princípio educativo. Pistrak (2000), em uma de suas obras clássicas – Fundamentos da Escola do Trabalho, traz relatos de experiências de auto-organização de estudantes na pós Revolução Russa de 1917. Entendemos que essas experiências tinham como objetivo formar novos sujeitos de acordo com os valores e princípios do Socialismo. Na obra, o autor busca frisar o processo de Auto-Organização dos estudantes, a qual é resultado da sua experiência enquanto pedagogo, no pós revolução.

O autor, ao teorizar sobre este processo, busca evidenciar que existem dois tipos de Auto-Organização, que se vinculam a interesses de classes extremamente antagônicas. Assim afirmamos que a escola pensada e efetivada pelo capitalismo realiza processos de Auto-Organização, a qual visa desenvolver nas crianças e jovens um sentimento de patriotismo, obedecer a lei e a ordem. Nesta educação os alunos devem obedecer à Constituição do Estado, pois ela e outras leis foram criadas pelas graças divinas ou pelos heróis nacionais e quem se rebela contra este projeto de educação é entendido como um bagunceiro, uma pessoa que não aprendeu bem as regras, assim nos ensina o renomado pedagogo Pistrak (2000, p.171) “Do ponto de vista da lei, toda revolução é ilegal”. Na escola burguesa a Auto-Organização tem por objetivo alcançar a comodidade do professor, os educandos (as) exercem um papel de auxiliador do professor, esta organização é sempre constituída e dirigida por um adulto, neste caso, o professor, assim o que se tem é uma reunião de crianças, que nada mais fazem do que obedecer às ordens e não um coletivo de jovens que se organizem com autonomia. De acordo com Pistrak (2000) a Auto-organização na escola capitalista é:

A Auto-Organização age e introduz a ordem, etc. Mas fica faltando a alma da criança, a criança como um conjunto está ausente, só está presente uma parte da criança, uma pequeníssima parte que não tem nada em comum com os interesses e tarefas que estão na base da auto-organização. A auto-organização tornou-se algo estranho, para a criança. Basta que o professor abandone por um curto tempo as rédeas que segura, e a ordem estabelecida, a organização, começam a rachar aqui e ali. (PISTRAK, 2000, p. 179).

Já o processo de Auto-Organização pensado e problematizado pelos pedagogos soviéticos, toma outro caráter, uma vez que ele não pode ser implantado de forma brusca na escola, esse processo de se auto-organizar é materialidade das necessidades reais do espaço escolar. Concatenada à questão da Auto-Organização dos Estudantes, se forja a necessidade do trabalho, entendido como algo que educa e constrói o ser humano. Esta concepção: Trabalho como princípio educativo tem sua gênese no processo de educação fomentado no período da Revolução Russa de 1917, alguns dos principais expoentes deste movimento foram Anton Makarenko, Pistrak entre outros, que tiveram a oportunidade de construir suas pedagogias por meio da experiência, no caso de Makarenko, na Colônia Gorki e Pistrak na Escola Comuna. A tarefa destes pedagogos era uma tarefa árdua, uma vez que os processos educativo deveriam ser voltados aos princípios do Socialismo, então se forja a necessidade de uma educação para além da cognição, se tem portanto a perspectiva de uma educação omnilateral, nesta educação, *o trabalho* como princípio educativo na auto-organização é fundamental. A experiência, que se faz necessário mencionar neste trabalho é a prática educativa desenvolvida por Anton Samianovich Makarenko, segundo Muniz (2015), que tinha como objetivo a recuperação de menores infratores formando esses sujeitos com valores e princípios de uma nova sociedade que vinha se forjando no contexto da Revolução Russa.

De acordo com Muniz (2015), a experiência do Pedagogo Makarenko é bastante importante, uma vez que entendemos que a educação tem como papel desenvolver processos que nos levem à emancipação humana, por mais que estamos inseridos numa sociedade capitalista. Segundo a mesma, o objetivo principal do pedagogo Makarenko era desenvolver naqueles menores uma consciência social politizada e humanizada, buscando na prática educacional, desenvolvida na Colônia para alcançar estes objetivos, se orientar por alguns princípios que norteavam todo o processo educacional e revolucionário. Segundo Muniz (2015) as prática educacionais desenvolvida por Makarenko:

Muniz (2015, p. 03). “Suas práticas envolviam educação e trabalho, teoria e prática, conexos com a realidade concreta e de comum acordo com a teoria materialista-dialética marxista”.

Além disso, Makarenko prezava pela autonomia dos menores infratores, uma vez que não eram obrigados a ficar na Colônia, outrossim, quem optasse em ficar, o processo educacional exigia do coletivo de menores uma auto-organização e gestão coletiva. Na Colônia, as crianças cumpriam uma disciplina rigorosa com horários para a realização de diferentes atividades, como cortar lenha, estudar, lazer e arte. Citando Muniz (2015): apud Makarenko a disciplina era fundamental importância na vida coletiva:

[...] “disciplina” no trabalho proposto por Makarenko não significa um conjunto de regras que os indivíduos deveriam seguir cegamente. Para ele, a disciplina deveria ser compatível com os princípios ideológicos dos cidadãos socialistas, fazendo parte do processo de estruturação do homem novo, do seu espírito coletivo e da conscientização política, tanto na escola quanto na sociedade.[...] “a rotina da colônia contava com a coordenação de uma dupla diferente, dessa forma, todos teriam a oportunidade de vivenciar a posição de chefe e a de subordinado, desmitificando ilusões acerca do poder, evitando assim atritos nas relações”. (MUNIZ, 2015, p.07 e 09).

O curso IEDOC CSH, segundo o PPC (2013) terá a duração de quatro anos, organizado em dois semestres a cada ano, cada semestre possui duas etapas, sendo que o último semestre é destinado para a produção e apresentação do TCC III, totalizando 17 etapas. Portanto, tendo a duração de três mil e trezentas horas distribuídas em Tempo Universidade e Tempo Comunidade. O tempo Universidade ocorre nas dependências do CEAGRO, na Cidade de Rio Bonito do Iguazu/ PR de acordo com o PPC (2013) do Curso IEDOC CSH. Após o término do Curso, os egressos poderão atuar em escolas do Campo, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na área das Ciências Sociais e Humanas.

As turmas ficam em torno de vinte e cinco a trinta dias nas dependências do CEAGRO, em tempo universidade localizado no Município de Rio Bonito do Iguazu/PR. O último edital lançado pelo MEC em Agosto de 2012, prevê a formação de seis turmas, ou seja, o Curso IEDOC-CSH não é efetivo da Universidade Federal da Fronteira Sul.

A Alternância vivenciada no Curso IEDOC CSH, exige das turmas que estão em T.U, um processo de Auto Organização e Gestão, além da realização de trabalhos necessários a boa convivência. Nas PROMETs, é possível observar essas formas organizativas da vida coletiva sob a perspectiva da Pedagogia da Alternância. Para isso, as turmas se auto organizam desde equipes de trabalhos, aqui chamados de Núcleos de

Base (NBs)¹², Coordenação de Turma¹³, Coordenação de Curso e Coordenação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Cada segmento destes possui suas especificidades, realizam trabalhos, o qual é entendido como princípio educativo, exemplo: Um Núcleo de Base pode ser responsável por organizar a Memória e o Registro do Curso. De acordo com a PROMET (2014) o trabalho na alternância:

O trabalho é um princípio educativo, neste sentido exercitá-lo desde as ações mais simples às mais complexas, possibilita aos estudantes o desenvolvimento da responsabilidade e o compromisso com o que é de uso coletivo. Os trabalhos necessários à convivência coletiva serão realizados a partir dos Núcleos de Base – NBs, conforme as necessidades identificadas pela Turma. Estas podem variar a cada etapa tendo em vista as demandas de tarefas dos diferentes locais de realização do Curso. PROMET da Turma D, 2014, p. 02).

A PROMET é uma proposta metodológica do Curso IEDOC-CSH, construída, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), referendada no Colegiado do Curso e encaminhado por um docente responsável por determinada turma, sendo assim, discutida e dialogada coletivamente com cada turma no início de cada semestre.

Nas PROMETs, é visível essa forma organizativa da vida coletiva. Vale lembrar, contudo, que cada turma possui a sua Proposta Metodológica, pois os objetivos, as metas do curso dependendo do semestre em que se encontra a turma são diferentes, mas o processo de Auto- organização é vivenciado pelas turmas de forma coletiva. Para uma melhor compreensão, segue o quadro abaixo. As PROMETs se orientam pela seguinte estrutura:

Quadro 1- Síntese da Proposta Metodológica (PROMET)

Objetivos do semestre	Nas PROMETs das turmas sempre é especificado os objetivos do semestre, o qual varia, dependendo de cada turma, tendo em vista que são estágios de desenvolvimento e formação diferenciada.
Metas do semestre	Visa, desenvolver processos que se voltam a questões de cunho formativo. Como por exemplo possibilitar o exercício da auto-organização.
Tempos e espaços educativos	Na Pedagogia da Alternância, existe vários espaços e tempos educativos, como por exemplo: reuniões, atividades culturais, aula, entre outros, que visam desenvolver as várias dimensões do ser humano, dentre elas a capacidade de organizar a vida coletiva.
Equipes de trabalho	Como já salientamos o Curso IEDOC- CSH, tem uma concepção diferenciada do trabalho. Ele é considerado um princípio educativo. Neste sentido para garantir a realização dessas atividades, as turmas são divididas em núcleos de base.

¹² Os NBs são compostos por cinco a seis integrantes, portanto, uma turma tem vários NBs. Cada NB possui sua coordenação, sendo uma educanda e um educando, constituindo assim a base do Curso IEDOC- CSH. É uma organização que desempenha várias papéis, como estudo no próprio NB, realização de trabalhos, construção de pautas, elencando demandas do coletivo da turma entre outros.

¹³ Coordenação de Turma, cada turma do Curso IEDOC-CSH, possui sua coordenação, sempre respeitando a questão do gênero, sendo uma educanda e um educando, permanecendo na coordenação durante um semestre letivo. Estes são responsáveis por fazer a mediação entre o coletivo da turma e Coordenação de Curso e Coordenação do CEAGRO.

Componentes curriculares do semestre	São organizados por semestre, variando assim por turma. Cada componente curricular, possui sua carga horaria. Que são cumpridas no T.U e T.C.
---	---

Fonte: PROMET do Curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura. Organizado pela autora: Lima, 2017.

Sobre a questão dos (*Tempos e Espaços Educativos*) é necessário salientar que de acordo com os fundamentos teóricos da Educação do Campo, não é somente a sala de aula que é considerado um espaço educativo, portanto se diferencia totalmente do projeto do ensino tradicional. Na Alternância vivenciada no Curso IEDOC CSH, é considerado como meio formativo outros tempos e espaços, que dentro de uma gama de limites busca, forjar uma formação plena. Para uma melhor compreensão segue o quadro abaixo:

Quadro 2- Tempos e Espaços Educativos na Alternância- PROMET

Momento Mística.	Formatura:	Destinada conferência dos Núcleos de Base (NBs), informes sobre a semana e o momento místico. Neste sentido a mística assume a tarefa de projetar os temas de estudo, as expectativas da semana, ou mesmo de rememorar processos históricos importantes à coletividade.
Aula/ Estudo		Tempo diário destinado ao estudo dos componentes curriculares previstos no projeto do Curso, conforme cronograma das aulas e incluindo momento de intervalo.
Auto Estudo Individual e Coletiva	(Leitura)	Tempo destinado à organização pessoal e coletiva destinado ao registro das vivências e reflexões sobre o dia a dia da turma e aprendizados construídos na etapa.
Oficinas Temáticas		Serão organizadas oficinas de acordo com a necessidade de [desenvolvimento ou aprofundamento temático em cada etapa. Estas poderão estar relacionadas à atividades complementares do curso ou relacionados aos componentes curriculares, tais como oficina de Guarani e Kaingang, Teatro, oratória, entre outras.
Reunião de Núcleo de Base		Tempo destinado ao processo organizativo do núcleo, envolvendo tarefas de estudo e gestão do curso, a participação das reuniões das Coordenação Geral dos Núcleos de Bases (CNBT) e a Coordenação Geral da Casa e Curso (CGVV), garantir que todas as pautas e definições sejam socializadas no Núcleo de Base e no Coletivo da turma.
Jornadas e Noites Culturais		É um tempo dedicado para realização de práticas reflexivas que venham no sentido de contribuir com as necessidades educativas concretas da formação do educador/a.
Seminários		É um tempo destinado a aprofundar estudos das disciplinas e do curso, de socializar estudos do Tempo Comunidade, de trocar experiências e expectativas em torno do curso e da Educação do Campo.
Esporte e Lazer		É um tempo semanal, preferencialmente aos sábados (à tarde) e domingos, que compreenderá desde atividades desportivas integradoras e cooperativas até de resgates e brincadeiras que poderão acrescentar componentes didáticos para a prática pedagógica.

Fonte: PROMET do Curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, 2014.

Como podemos visualizar, na Pedagogia da Alternância tem-se vários tempos e espaços que são considerados educativos, mas é necessário destacar o papel exercido pelo Núcleo de Base (NB) no processo de Auto- Organização do Estudantes. O NB é composto por cinco a seis integrantes por turma, cada NB possui sua coordenação, sendo um menino e uma menina, é de fato a base do Curso IEDOC- CSH. É uma organização que desempenha vários papéis, como estudo no próprio NB, realização de trabalhos,

construção de pautas, elencando demandas do coletivo da turma entre outros. É a organização que discute os problemas, sendo estes dos mais simples aos mais complexos e é neste espaço que são tomados os encaminhamentos, quando possível. Se necessário, essas discussões são levadas pela coordenação do NB a outras instâncias de decisões políticas como a (CNBT), Coordenação dos Núcleos de base e da Turma, ou (CGVV) Coordenação Geral da Casa e do Curso.

Para uma melhor compreensão do Quadro 2, segue algumas fotografias, que fazem referência aos Tempos e Espaços Educativos vivenciados pelas turmas na Pedagogia da Alternância.

3.1 MEMÓRIA DO CURSO INTERDISCIPLINAR EM ED. DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: MOMENTOS EDUCATIVOS NA ALTERNÂNCIA

Fotografia 1- Momento Formatura



O Momento Formatura, é o primeiro momento educativo do dia. Neste momento são realizadas as conferências dos NBs, passando informes da semana, também eram proclamados gritos de ordem fazendo referência a algum lutador do povo. Toda via esse tão importante momento, não está mais sendo realizado, inclusive apontado como um dos limites da Auto- Organização.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2014

Fotografia 2- Noite Cultural



A Noite Cultural acontece todos os sábados, no período matutino. É um tempo educativo, pois a Pedagogia da Alternância, visa a formação plena do sujeito, por meio da mística, do exercício do teatro, da música, dança e tantas outras manifestações culturais.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2016

Fotografia 3- Tempo Aula no Curso



O Tempo Aula, acontece de segunda feira a sábado. Tempo destinado ao estudo dos Componentes Curriculares.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2015

Fotografia 4- Mística na UFFS



Mística, é uma forma de expressão dos povos do campo. Geralmente são realizadas afim de mostrar a cultura de um povo e suas lutas.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2016

Fotografia 5- O Trabalho como princípio Educativo



A Auto- Organização dos Estudantes, também esteve presente no V Congresso do MST.

Este processo vivenciado no Curso IEDOC-CSH está melhor explicado no Quadro IV, deste trabalho.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2014

Fotografia 6- Viagem: V Congresso do MST



As viagens de estudo, também são educativas. Esta fotografia representa, a inserção da Turma Paulo Freire no V Congresso do MST, em Brasília. Está explícito a ocupação das rodovias.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2014

Fotografia 7- Turma Paulo Freire

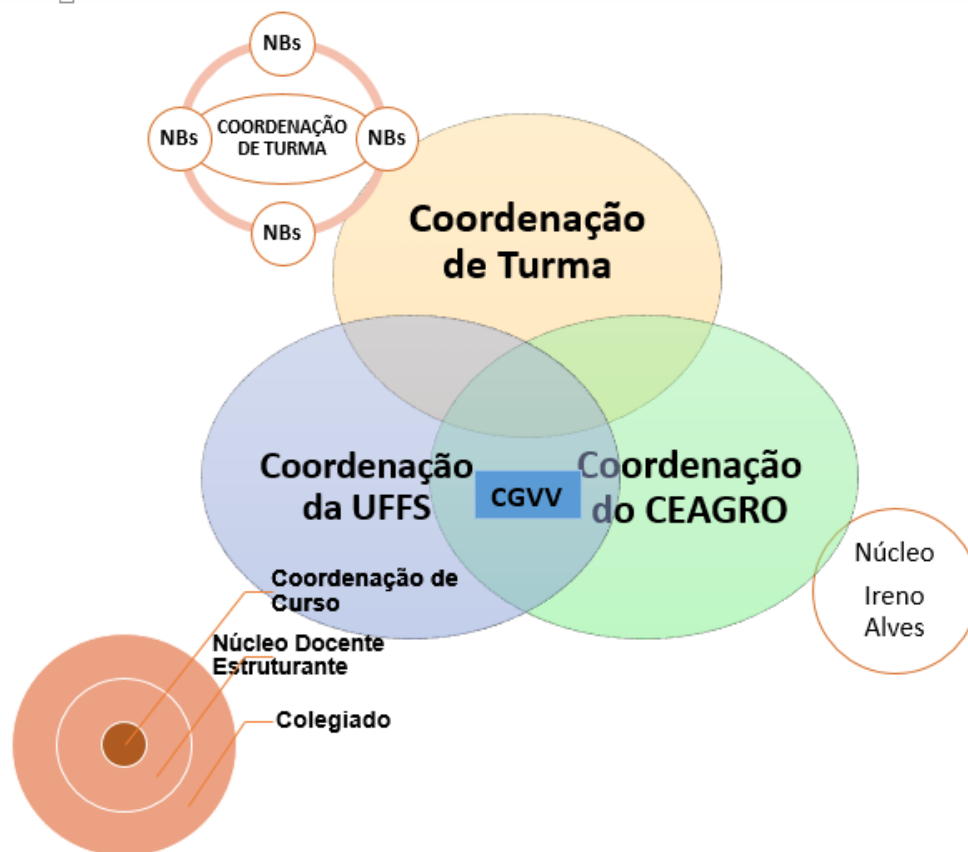


Esta é a primeira turma do Curso IEDOC-CSH. Turma Paulo Freire. Que ingressaram no Curso em 2014 e concluem em 2017.

Fonte: Memória do Curso IEDOC-CSH, 2017

Referente ao processo de Auto- Organização e Gestão, na PROMET está organizado em forma de síntese este processo complexo, que no capítulo III, ponderaremos sobre essa organização e como é vivenciado de fato essas questões.

Quadro 3- A Auto-organização e Gestão no Curso IEDOC CSH



Fonte: PROMET (2014) do Curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura.

O quadro acima, faz menção ao processo de Auto-Organização e Gestão do Curso IEDOC- CSH. Evidenciando as diferentes instâncias de decisões políticas que fazem relação com o Curso. Cada instância de decisão está explanada nas notas de Rodapé, nas páginas anteriores.

Quadro 4- O Trabalho como Princípio Educativo

<p><i>Estadia, Infraestrutura e Alimentação:</i></p>	<p>Tarefa principal de fazer a mediação entre o curso e o local de realização (CEAGRO) e com a equipe colaboradora para garantir um atendimento adequado às necessidades da Turma e resolver questões gerais de infraestrutura. Compreendendo a tarefa de elaborar escala de atividades necessárias para o bom andamento do Curso. A equipe poderia assim organizar uma escala onde a cada dia um NB organize o espaço, e a própria alimentação aproveitando a produção dos assentamentos e pequenos produtores da região.</p>
<p><i>Coordenação do dia, secretaria e disciplina</i></p>	<p>Auxiliar o professor na sala de aula; buscar materiais didáticos, ajudar na instalação de equipamentos, água para os professores/as, ornamentação da sala de aula, limpeza, orientação sobre o cuidado com os materiais; Coordenar o tempo formatura, e informes; realizar a conferencia dos NBs, do registro diário, da Mística (quando houver), do momento de dirigir-se para a sala de aula; Coletar textos, documentos impressos e digitais para a pasta de memória da turma; Providenciar fotocópias de textos dos componentes curriculares quando necessário; Garantir os princípios de convivência no cumprimento de tempos e horários, respeitando as decisões tomadas e a coerência com os princípios e valores dos Movimentos Sociais e Organizações Populares.</p>

Memória do curso	Tarefa principal de apoio à secretaria do curso e de recepção e atendimento aos educadores em relação a materiais, cópias, equipamentos, transporte. Trabalhar em sintonia com a Secretaria do Curso pela Universidade. Também como tarefa principal de recolher e organizar todos os documentos, textos e produções da etapa, a partir de orientação da coordenação do Curso. A equipe juntamente com a coordenação do curso deverá construir metodologias para a sistematização e memória.
Cultura e Comunicação	Tarefa principal de organizar e coordenar a realização de atividades culturais durante a etapa, assessorando os Núcleos nos seus momentos de místicas e em outros momentos da Turma. Também a equipe terá a função de garantir o fluxo das informações de funcionamento interno da Turma e do Curso, organizando murais e outras formas de comunicação; estabelecer uma relação da Turma com o todo da sociedade e da Universidade.
Saúde, Esporte e lazer	A equipe tem a tarefa de organizar e coordenar o atendimento à saúde da Turma, garantindo chimarrão/água nos locais de uso coletivo. Também tem a tarefa principal de organizar e coordenar a realização de atividades de esporte e lazer durante a etapa. Programar atividades de mutirão envolvendo toda a turma.
Biblioteca/ Sala de informática	Zelar pelo acervo de livros da Biblioteca do Curso, fomentando o hábito de leitura. Divulgar o material existente, sugerir bibliografias. Acompanhar e zelar pelos equipamentos da sala de informática.

Fonte: PROMET (2014) do Curso IEDOC CSH.

Percebemos então, que no Curso IEDOC CSH, a Pedagogia da Alternância é um processo com muitas contradições e potencialidades, sobre tudo no Tempo Universidade, neste tempo tem-se a Proposta Metodológica da Etapa, a qual já fizemos menção acima, que nada mais é, que uma referência de como é organizada a vida coletiva, necessitando portanto da auto- organização dos Estudantes como elemento amplamente formador.

Em relação ao Tempo Comunidade, fica evidenciado sua importância e necessidade para articular o conhecimento científico adquirido com a realidade, no entanto necessita-se um melhor entrosamento dos educadores por fases que articulem propostas, construídas coletivamente e de forma interdisciplinar.

Expresso no PCC (2013) do Curso IEDOC- CSH:

Numa perspectiva de práxis, a alternância deverá possibilitar que os estudantes relacionem os saberes e as experiências produzidas no campo com os saberes científicos aprendidos na universidade e que os vivenciem de maneira integrada através do exercício da pesquisa e da articulação entre trabalho e estudo. O conhecimento, tem que dar conta da conexão interna dos fenômenos, fundada de modo materialista, ou seja, precisa ter como base a realidade objetiva. Compreender, então, essa realidade implica em compreender as relações, as conexões e as contradições nela presentes, o que para Marx, é a única forma de transformá-la. (PPC, 2013, p. 44).

Referente ainda ao Curso IEDOC- CSH, no processo de Auto-Organização, também é necessário frisar que a cada final de semestre, que é iniciado com o T.U, intercalado por um T.C, finalizando com o T.U. No fim de cada semestre são realizadas avaliações do mesmo, considerando diferentes critérios, que vão desde a apropriação dos

conteúdos, nos Componentes Curriculares, inserção e organização das turmas nas diferentes atividades, e também abordando aspectos das relações humanas.

4. O CURSO DE LICENCIATURA EM ALTERNÂNCIA, INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA (IEDOC- CSH): ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE

Quando falamos em Utopia neste trabalho, retomamos a este conceito, a partir da concepção de Paulo Freire. Segundo Felipe (1979), Utopia está ligado a ideia de uma situação que não faz parte da realidade, em um determinado tempo histórico, mas é algo que está no horizonte, no qual buscamos torna-lo realidade. Porém, isto somente é possível se elevamos o nível de conscientização, este processo é a articulação entre a ação e reflexão que nada mais é, que à condição que o sujeito tem em transformar a realidade, ou seja, quanto maior o nível de conscientização, maior a possibilidade de transformação. Esta condição exige dos sujeitos oprimidos, organizarem processos de lutas, contra toda forma de opressão, principalmente a opressão da sociedade capitalista. Assim, neste processos de lutas, formamos uma nova consciência, consciência humanizada.

Este capítulo, é de natureza empírica por meio da pesquisa participante e análise dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas, que objetivaram responder as demandas do objeto de pesquisa, no caso problematizado. Nos capítulos anteriores foram evidenciados os arcabouços teóricos que auxiliaram a compreender a *Pedagogia da Alternância no Curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura: Limites e Potencialidades*. Portanto, foi avaliado e estudado o referencial teórico acerca do Paradigma da Educação do Campo; do histórico de lutas dos Movimentos Sociais Populares do Campo pelo direito a educação e também as experiências de Auto-Organização dos Estudantes. Além disso foi analisado o Projeto Pedagógico Curricular (2013) do Curso IEDOC-CSH, entendendo a concepção de homem e mulher que pretende se construir, presente no documento.

Estas discussões foram e são essenciais para enriquecer as concepções acerca da problemática em questão. Para analisar e compreender os principais limites e as principais potencialidades da Pedagogia da Alternância no Curso Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com educadores (as) e educandos (as) do Curso. As entrevistas foram pensados a partir dos objetivos desta pesquisa. As questões da pesquisa, como já salientado foram organizadas para dois grupos: Educadores (as) e Educandos (as) do Curso. Para uma melhor compreensão segue os quadros abaixo:

4.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS AOS EDUCADORES (AS) E EDUCANDOS (AS) DO CURSO IEDOC- CSH

Quadro 5- Entrevistas aos educadores (as) do Curso IEDOC- CSH

1) Qual ou quais, os marcos importantes na história da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, que você acredita estar relacionado diretamente com o Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura da Universidade Federal da Fronteiras Sul/ Campus Laranjeiras do Sul/ PR?
2) Quais foram os sujeitos coletivos que trabalharam para a implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura desde 2012 até 2016?
3) Quais as diferentes concepções teóricas sobre Área do Conhecimento Interdisciplinaridade e Alternância que você observou na implantação do Curso IEDOC CSH?
4) Na sua análise quais os limites, potencialidades e contradições presente na efetivação implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura?
5) No que se refere à questão da Auto- Organização dos Estudantes, como você avalia este processo vivenciado no Curso IEDOC -CSH? Fale sobre os limites e os avanços.

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Quadro 6- Entrevistas aos Educandos(as) do Curso IEDOC- CSH

1) Quais os motivos que o levaram a ingressar no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/ PR? Se fosse regular você faria o Curso?
2) Qual ou quais, os marcos importantes da história da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, que você acredita estar relacionado diretamente com o Curso IEDOC –CSH da Universidade federal da Fronteira Sul/ Campus Laranjeiras do Sul/ PR?
3) Quais foram os sujeitos coletivos que trabalharam para a implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura desde 2012 até 2016? Na sua análise, quais os limites, potencialidades e contradições presente na efetivação e implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura?
4) No que se refere a questão da Auto- Organização dos Estudantes, como você avalia este processo vivenciado no Curso IEDOC- CSH? Fale sobre os limites e os avanços.
5) Em sua caminhada acadêmica, vivenciada no Curso, disserte sobre a Pedagogia da Alternância, sobre tudo na relação entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade, foi possível relacionar os conhecimentos adquiridos no Curso, com as questões que permeiam sua realidade? Está pedagogia deu conta de modo a fornecer elementos de para que possamos a interferir na realidade?
6) Em que medida a Pedagogia da Alternância, garante ou não sua permanência no curso? Qual é a importância desta pedagogia para os diferentes povos do campo: Indígena, acampados, assentados, pequenos agricultores entre outros, tendo em vista que a Pedagogia da Alternância é resultado de uma demanda específica dos povos camponeses?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Essas questões tem por objetivo contribuir para uma análise mais sistêmica e complexa acerca da pesquisa, estas foram construídas na primeira quinzena do mês de setembro de 2017 e enviadas via e-mail na segunda quinzena do mesmo mês, recebendo a devolutiva das questões no início do mês de outubro de 2017. Vale ressaltar que este processo foi bastante tranquilo, pois os sujeitos da pesquisa educadores (as) e educandos (as) do Curso IEDOC-CSH, são sujeitos comprometidos com o papel que a UFFS assume, dentre eles o compromisso com a pesquisa, com o ensino e a extensão. Na pesquisa, essas questões foram bastante visíveis.

Como já havíamos mencionado anteriormente, o objetivo das entrevistas visava mensurar e problematizar os principais limites desafios e as potencialidades do Curso Interdisciplinar Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/ PR. Neste sentido, escolheu-se organizar em quadros a partir de cada questão, os resultados obtidos na pesquisa. Para localizar os leitores, metodologicamente este capítulo está organizado em questões alocadas em quadros e em seguida as análises dos resultados dos questionários realizados com educadores (as) e educandos (as).

4.1.1 Pesquisa com os educadores (as): Evidenciando resultados

Quadro 7- Questão 1: Aos Educadores do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

1) Qual ou quais, os marcos importantes da história da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, que você acredita estar relacionado diretamente com o Curso?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Referente a esta questão, destinada aos educadores (as) do Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura. Foi possível observar que os educadores (as) tem conhecimento referente às políticas de Educação do Campo que estão diretamente ligadas com o Curso IEDOC CSH, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Na análise percebemos, que se apresentaram duas visões, mas uma complementa a outra. Alguns dos educadores (as) responderam que os marcos mais importantes da história da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas é o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO). No entanto outros educadores (as) apresentaram que essas políticas públicas de Ed. do Campo, são resultados de lutas protagonizadas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC) principalmente pelo (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (FETRAF) Federação dos

Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, e (CONTAG) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Para uma melhor compreensão segue na citação abaixo a análise do educador I, referente primeira questão destinada aos educadores do Curso:

A efetivação das diretrizes em 2001, as complementares em 2008, o Decreto presidencial em 2010 que alicerçou a educação do campo na perspectiva de garantir uma política como o PROCAMPO que foi em seguida alocado no PRONACAMPO em 2012. Outra política fundamental que antecedeu ao PROCAMPO, foi o PRONERA, que sem dúvida alicerçou e instigou o movimento nacional de educação do campo para ir para além do PRONERA que era ainda restrito aos educadores(as) da reforma Agrária. Todas políticas marcadas pela luta dos movimentos sociais populares do campo de forma mais efetiva pelo MST, FETRAF E CONTAG. (EDUCADOR I, 2017).

Quadro 8- Questão 2: Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

2) Quais foram os sujeitos coletivos que trabalharam para a implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura desde 2012 até 2016?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Analisando os resultados desta questão foi possível notar que os educadores (as) destacaram a relevância dos MSPC, para a conquista do Curso, e outras organizações ligadas ao Paradigma da Educação do Campo dentre eles se destacam: Articulação Nacional da Ed. Do campo, Articulações Estaduais de Educação do Campo, no Paraná, Articulação Paranaense da Ed. do Campo, algumas Secretarias de Educação Municipal, Comunidade Acadêmica, povos indígenas e Sindicatos de trabalhadores Rurais. Toda via alguns educadores (as) coloram que necessitou organizar um grupo de educadores (as) da própria Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR, os quais pertencem a uma linha mais progressista dentro da mesma, para pensarem o projeto de Curso, que hoje é o Curso IEDOC- CSH. Estes educadores (as) também possuíam proximidade com outro Curso já em andamento na UFFS, denominado: Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias.

Para uma melhor compreensão segue a análise do educador 2. “Após edital do governo - Prócampo, um grupo de professores vinculados a educação do campo em andamento na UFFS campus Laranjeiras do Sul elabora projeto para o MEC, o qual é aprovado”. (EDUCADOR 2, 2017).

Quadro 9- Questão 3: Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

3) Na sua análise quais os limites, potencialidades e contradições presente na efetivação implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

No que se refere aos **Limites** do Curso, foram elencados vários. Os educadores (as) apontaram a falta de recursos somada a própria destinação dos mesmos, falta de orçamento específico para a Pedagogia da Alternância, carga horária das aulas concentrada, falta de interesse e comprometimento com os estudos por parte de alguns educandos (as).

No que se refere à os limites, alguns educadores (as) trouxeram a questão que o (T.C) Tempo Comunidade, na Pedagogia da Alternância, está sendo pouco valorizado, sendo pouco explorado as condições de vida e trabalho no campo e na comunidade, como um tempo e espaço formativo.

O calendário acadêmico e os editais não contemplam as particularidades da Pedagogia da Alternância, que também torna inviável a participação de educandos (as) em projetos de pesquisa, ensino e extensão oferecidos pela UFFS.

A distância física entre o CEAGRO e a UFFS, limita os educandos (as) a terem acesso aos serviços exclusivos do *campus* (Secretaria Acadêmica, Biblioteca. Somando –se a esta questão a falta de uma política de financiamento para a construção de uma estrutura com salas de aulas, dormitórios, gabinetes para estudo coletivos, banheiros coletivos, biblioteca, Ciranda Infantil, cozinha e refeitório, enfim, toda a infraestrutura necessária para Cursos que funcionam sob a perspectiva da Alternância.

Referente às **Potencialidades** do Curso na visão dos educadores (as), os mesmos apontaram que a Pedagogia da Alternância é por si só uma potencialidade, pois ela garante o acesso de um público historicamente excluídos do ensino superior como por exemplo: Indígenas, acampados, pequenos agricultores, assentados entre outros. Dentre outras questões foi elencado como potencialidade, por ser um Curso público; por ter um Corpo docente qualificado, com visão progressista. Além disso, o Curso possui um forte vínculo com os MSPC, ou seja com a realidade concreta.

O Curso IEDOC- CSH diferente de outros cursos, organiza o ensino por área do conhecimento contrariando a lógica do Ensino Disciplinar.

A Auto- organização dos Estudantes, que possibilita o desenvolvimento da consciência numa perspectiva socialista.

O Auxílio Socioeconômico destinado a os educandos (as) também é entendido como uma potencialidade do Curso, além disso garante alimentação, hospedagem entre outros.

No que se refere às **Contradições**, os educadores (as), salientaram que a educação é tida como um direito por lei, logo o Curso IEDOC- CSH é um direito dos povos do campo, toda via, o Estado não garante o seu financiamento para a continuidade do Curso a partir de 2018, e nem garante valor diferenciado para Cursos que funcionam sob a perspectiva da Alternância, e isso tem a ver com o caráter do Estado em uma sociedade de classes. Em uma opção de escolha, entre o curso de Medicina ou um Curso de Educação do Campo, qual continuaria e qual seria retirado? Por quê?

Outra questão é referente ao Currículo do Curso, pois propõe uma formação voltada a transformação social, toda via, os aportes teóricos- metodológicos, são insuficientes, uma vez que a carga horaria das disciplinas específicas: Geografia, Sociologia, História e Filosofia são baixas. Isso é visível na escrita do educador 3 abaixo.

Talvez, a maior contradição é não ter olhado criticamente para o currículo do curso durante a implantação. O curso propôs algo que não é capaz de fazer. Digo isso, porque se nos propomos atender os sujeitos do campo com a finalidade de fornecer aportes teórico-metodológicos capazes de interferirem em suas realidades, evidentemente a partir de suas áreas de atuação, o currículo do curso poderia ter contemplado de maneira mais eficiente os componentes específicos. O curso propõe para os acadêmicos uma formação científica voltada para a transformação social, mas na prática o aluno não será capaz de compreender a realidade a partir da ciência, como então será capaz de transformá-la? Afinal não é ofertado para eles de maneira consistente o estudo das bases teóricas necessárias para dominarem as categorias centrais das ciências que compõe o eixo do curso: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Esta é a contradição, pois ao passo que queremos mudar a realidade não temos instrumentos teóricos capazes de compreendê-la. (EDUCADOR 3, 2017).

Outra contradição é que, o Curso se denomina Interdisciplinar em Educação do Campo, mas o Currículo do Curso é disciplinar, formação dos educadores (as), a carga horaria do T.C e a prática docente nos estágios são todos por disciplina. Além disso este tema da Área do conhecimento e da Interdisciplinaridade é pouco praticado no Curso IEDOC –CSH, de acordo com o Educador IV.

O currículo do curso está elaborado de forma disciplinar. A formação dos docentes que atuam no curso é disciplinar. A atuação dos docentes é em disciplinas específicas. A maioria dos professores nunca havia experienciado a metodologia da alternância. As atividades relacionadas a carga horaria de Tempo Comunidade é por disciplina. Há uma perspectiva de trabalho interdisciplinar nos CCRs relacionados aos estágios supervisionados, porem a prática da docência nos estágios nas escolas acontecem por disciplinas. (EDUCADOR IV, 2017)

Apesar de que, desde a primeira fase da Turma Paulo Freire (A), existirem reuniões, discussões no NDE, no Colegiado do Curso (Atas, NDE e Colegiado, 2014, 2015, 2016, 2017) sobre a prática interdisciplinar no Tempo Comunidade articulando os componentes curriculares da fase em que se encontra a turma. Na prática isso foi realizado por poucos educadores, seja por negligência, falta de interesse, falta de compreensão teórica do que é a Interdisciplinaridade, concepção de Interdisciplinaridade, ou por não acreditar teoricamente na interdisciplinaridade e ou Área do Conhecimento, como formação inicial para licenciados.

Quadro 10- Questão 4: Questão aos Educadores (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

4) No que se refere a questão da Auto- Organização dos Estudantes, como você avalia este processo vivenciado no Curso IEDOC-CSH? Fale sobre os limites e os avanços.

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Em relação aos **Avanços** no processo de Auto- Organização dos Estudantes, os educadores (as) salientaram que o processo de Auto- Organização vivenciado no Curso é um diferencial, elemento extremamente educativo, que constrói homens e mulheres em uma perspectiva humanista. Permite aos acadêmicos, vivenciar processos de coordenar e ser coordenado. Além disso, constrói relações de solidariedade e cooperação.

Outro aspecto relevante da Auto- organização dos Estudantes é que ela não está restrita somente aos acadêmicos do Curso, tem –se na Auto –Organização outras instâncias e espaços de discussões como por exemplo a CNBT, que é um espaço de reunião dos Coordenadores de Núcleos de Base e Coordenadores de Turma.

Faz com que todos os envolvidos no processo de Auto- Organização desenvolva sentimentos de pertença ao local: CEAGRO, uma vez que são estes os responsáveis pelo cuidado e realização das tarefas existentes.

Referente aos **Limites** da Auto- Organização dos Estudantes, alguns educadores (as) argumentaram que muitas vezes a Auto- Organização cumpre um papel de realizar serviços, um elemento técnico na vivencia coletiva. Ponderaram sobre a necessidade de repensar este momento, relacionar este processo com a vida dos mesmos seria uma saída. Outros educadores (as) não responderam a questão.

Como podemos perceber, pelos resultados obtidos na pesquisa com os educadores (as) de maneira intensa, quais são os *limites, desafios e potencialidades* do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura, da

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR. Percebemos que o Curso IEDOC- CSH, possui várias, potencialidades, as quais foram comprovadas mediante pesquisa, na visão e compreensão dos educadores (as). Destaca –se com grande relevância o papel da Pedagogia da Alternância, em possibilitar o acesso de povos historicamente excluídos do acesso à educação, e isso é revolucionário nesse tempo histórico. Todavia, são muitos os desafios ainda a serem superados, mas como já mencionado no Capítulo I, a Contradição (categoria de análise) está presente em tudo, inclusive no Curso IEDOC- CSH, o que torna o mesmo um desafio e um potencial constante.

São vários os desafios, como nos indicam os quadros acima, mas o maior na visão dos educadores (as) é a própria garantia do curso, visto os cortes de gastos públicos com o ensino superior. Neste sentido, os resultados obtidos na pesquisa, trouxeram outra problemática, que se refere a capacidade organizativa enquanto CTC, frente as ofensivas do Estado Neoliberal. O que podemos fazer? Quais são as nossas condições nesse espaço e tempo histórico? Há necessidade de nos organizarmos em nossas comunidades, em nosso Curso, pois como já referido no Capítulo I, o Estado é da classe mais poderosa, aquela que detém os meios de produção, porém este pode sim ser disputado pela Classe trabalhadora, quem nos evidencia é a própria história, que se movimenta por conflitos constantes.

Para qualificar este trabalho, foram sistematizados os resultados das entrevistas semiestruturadas realizados com os educandos (as) do Curso IEDOC- CSH. Vale lembrar que algumas questões se diferem em alguns aspectos das questões pensadas para os educadores (as) do Curso, porém algumas são semelhantes, tendo em vista que a visão e a forma de compreensão entre educadores (as) e educandos (as) são diferentes, pois exercem papéis distintos na dinâmica do Curso IEDOC- CSH. Para facilitar a compreensão acerca dos resultados da pesquisa realizadas com educandos (as) do Curso segue os quadros abaixo.

4.1.1.1 Pesquisa com os educandos (as): Resultados e discussões

Quadro 11- Questão 5: Questionário aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

- | |
|--|
| 1) Quais os motivos que o levaram a ingressar no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura? Se fosse regular você faria |
|--|

o Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo: Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul/ Laranjeiras do Sul/PR?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Analisando os resultados da pesquisa, referente a esta questão, foi possível avaliar que o principal motivo que levaram os educandos (as), (indígenas, acampados, assentados e pequenos agricultores) a ingressarem no Curso foi em função da modalidade por qual o mesmo está organizado, que é a Pedagogia da Alternância, pois esta forma de organizar o Curso, deu a possibilidade de pessoas que moram em regiões mais longínquas do Sul do Brasil a frequentarem o Curso. Outros educandos (as) também argumentaram que esta modalidade garante a permanência no Curso, uma vez que se frequentassem o Curso regular teriam que pagar aluguel em uma das cidades mais próxima da UFFS, se tornando inviável, devido a questão financeira. Outro aspecto fundamental que fez com que este público ingressasse no Curso foi devido a seu forte vínculo com os MSPC, tanto que a maioria dos acadêmicos pertencem a alguma organização social. Essas questões são visíveis na escrita do Educando 1 (2017)

Um dos principais motivos que me levou a ingressar no Curso foi o fato de que no acampamento existia a falta de pessoas capacitadas com ensino superior para trabalhar na Escola Itinerante, havia discussões de que deveria trazer pessoas com nível acadêmico de outros espaços para contribuir na escola, havia essa necessidade e partindo daí a direção e coordenação do acampamento sabendo através do Setor de Educação do MST, do Paraná em discussão vieram a me indicar e cursar essa licenciatura em Educação do Campo para assim poder contribuir na escola, não somando somente na escola, mas no processo de organização política do acampamento. Se o Curso fosse regular e não em alternância seria um fator complicador para dar início aos estudos, visto que a distância que residio até a Universidade Federal da Fronteira Sul é uma distância aproximada de 350 km, então seria inviável para mim poder cursar, outro aspecto relevante é que nos que residimos no campo possuímos nossas particularidades, se fosse um curso aberto a todos a população teria preconceito por ser Sem Terra, assim esse curso sendo mais específico a camponeses e indígenas, houve essa união e uma convivência coletiva harmoniosa, como ainda hoje existe esse preconceito dos acadêmicos dos outros cursos perante o nosso. (EDUCANDO 1, 2017)

Quadro 12-Questão 6:Entrevista aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

2) Qual ou quais, os marcos importantes da história da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, que você acredita estar relacionado diretamente com o Curso?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

No que se refere a esta questão foi possível notar que alguns educandos (as) relacionam a luta realizada pelos MSPC, para a conquista do Curso, mas também não

fazem menção as duas maiores políticas de Ed. do Campo existente (PRONERA e PRONANCAMPO). Outros demonstraram não ter conhecimento a respeito da questão.

Quadro 13- Questão 7: Questionário aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

3) Quais foram os sujeitos coletivos que trabalharam para a implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura desde 2012 até 2016? Na sua análise, quais os limites, potencialidades e contradições presente na efetivação implantação do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

Alusiva a esta questão, os educandos (as) do Curso IEDOC- CSH, ressaltaram que os sujeitos coletivos que para a implantação do Curso na UFFS/ Laranjeiras do Sul foram os Movimentos Sociais, como o MST e lideranças indígenas. Mas para de fato constituir as seis turmas, os próprios acadêmicos do Curso, com o apoio de educadores (as) da UFFS organizados por região, auxiliaram no processo de divulgação do Curso. Isso foi extremamente decisivo para se constituir as seis turmas previstas.

Referente aos **Limites** do Curso IEDOC –CSH, foram elencados vários, dentre eles o que mais apareceu foi a angustia de não ter Concurso Público, para sujeitos licenciados em Educação do Campo, Pois estes cursos são novos na história da Educação Brasileira. Os educandos (as) descreveram também que as ondas de retrocessos vivenciados na educação, exige de nós, CTC organizar formas e estratégias de como enfrentar todo o aparato repressivo do Estado Neoliberal.

Segundo Farias e Faleiro (2017) Vivemos em uma época de crises, por isso não há interesse do governo em realizar concursos públicos para Cursos de Educação do Campo, não é de seu interesse financiar um tipo de Educação que vai contra a seus próprios ideais.

Alusiva as Potencialidades do Curso IEDOC-CSH, foram registradas várias considerações: Segue a baixo trechos de algumas respostas dos educandos (as):

Educando (a) 2

A Pedagogia da Alternância, por si só é a nossa maior potencialidade, ela garante o acesso a Ensino Superior, historicamente negado a os povos do campo. (EDUCANDO 2, 2017)

Educando (a) 3

A Ciranda Infantil, permite que nós temos filhos a frequentar o Curso, enquanto nossos filhos estão bem cuidados. Isso é a capacidade de organizar a vida coletiva na Alternância. (EDUCANDO 3, 2017)

Educando (a) 4

Eu acho que uma das potencialidades e o fato de que nós somos Educandos (as) organicamente ligados a MSPC, que entendem a concepção de Educação forjado no Curso, com vista a transformação social. Nós nos organizamos frente as ofensivas do Estado, exemplo: A Ocupação da UFFS, no Campus Laranjeiras do Sul/PR. (EDUCANDO 4, 2017)

Educando (a) 5

Nós enquanto educandos (as), enquanto turmas somos um coletivo que tem unidade e companheirismo entre nós e isso é muito importante. Um exemplo são os estudos nos NBs, que permitem maior apropriação dos conhecimentos. Como vivemos em coletivo isso permite melhor compreensão da questão da luta de classes, ou melhor o reconhecimento enquanto trabalhadores que somos. Lá sabemos que a mesma luta de uma pessoa acampada é a luta do indígena também, e isso é bom. (EDUCANDO 5, 2017)

Quadro 14- Questão 8: Questionário aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

4) No que se refere a questão da Auto- Organização dos Estudantes, como você avalia este processo vivenciado no Curso IEDOC - CSH? Fale sobre os limites e os avanços.

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

No que tange a esta questão, apresentaram duas visões: uns ponderaram que a Auto- Organização dos Educandos (as) vivenciada é resultado das necessidades de organizar a vida coletiva, a qual não está restrita somente aos educandos (as), mas todo o coletivo envolvido no Curso. Neste sentido ela é fundamental, pois no contexto do Curso se forja outra concepção de homem/ mulher, principalmente com relação a concepção de trabalho, este é de responsabilidade coletiva. Os maiores exemplos de Auto- Organização dos Estudantes, está expresso na Ocupação da UFFS de Laranjeiras do Sul, no começo do ano de 2017, e em diversas mobilizações junto à os MSPC. Toda via alguns educandos avaliaram que este processo de Auto- Organização dos Estudantes, ocorreu de maneira imposta, o que dificultou o entendimento de sua importância e isso resultou na simples realizações de atividades obrigatórias, ou seja, este processo é vivenciado de maneira mecânica. Alguns indígenas disseram que sentiram dificuldades de se adaptar ao processo de Auto- Organização por não fazer parte de sua cultura, de seu modo de vida.

Quadro 15- Questão 9: Questionário aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

5) Em sua caminhada acadêmica, vivenciada no Curso. Disserte sobre a Pedagogia da alternância, sobre tudo na relação entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade, foi possível relacionar os conhecimentos adquiridos no Curso, com as questões que permeiam sua realidade? Está pedagogia deu conta de modo a fornecer elementos de para que possamos a interferir na realidade?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

No que tange a esta questão, os educandos (as) argumentaram que o Curso organizado sob a perspectiva da Pedagogia da Alternância, facilitou o processo de compreensão, uma vez em que se tem acesso aos conhecimentos científicos no T.U (Tempo Universidade) foi possível relacionar com a vida, no T.C (Tempo Comunidade). Descreveram também que antes de entrarem no Curso de Graduação, não possuíam um olhar crítico sob a realidade posta, e agora quando retornam para suas origens no T.C, conseguem perceber as contradições presentes, principalmente aqueles que estão vinculados a alguma organização social. Alguns educandos (as) descreveram que o T.C teve limitações, pois este tempo educativo foi visto apenas como tempo de realização de trabalhos, para fechar a carga horária das disciplinas, ou seja, poderia ser potencializado de forma que os educandos (as) aproveitassem as condições materiais de suas realidades. Ainda sobre esta questão alguns educandos (as) relataram que deveria ter um acompanhamento da comunidade no qual o acadêmico está inserido.

Quadro 16- Questão 10: Questionário aos educandos (as) do Curso IEDOC- CSH: Resultados e Discussões

6) Em que medida o sistema de alternância, garante ou não sua permanência no curso? Qual é a importância desta pedagogia para os diferentes povos do campo: Indígena, acampados, assentados, pequenos agricultores entre outros, tendo em vista que a Pedagogia da Alternância é resultado de uma demanda específica dos camponeses?

Fonte: Organizado pela autora: Lima, 2017.

A maioria dos educandos (as) relataram que se o Curso não fosse organizado na modalidade de Alternância, não conseguiriam estudar. Porém por outro lado não conseguiam trabalho fixo, uma vez que teriam que passar cerca de vinte e cinco dias fora, no T.U.

Considerando os limites e contradições apresentados pelos educandos (as) e educadores (as) do Curso, fica evidente, os desafios a serem enfrentados e conquistados, no entanto destaca-se que o Curso é uma conquista dos MSPC, que possibilitou que vários

camponeses (as) indígenas, quilombolas, assentados, acampados, conseguiram acessar e concluir um Curso Superior, mesmo com os obstáculos estruturais e pedagógicos a serem superados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a pesquisa em questão, mensurou as principais provocações, desafios e potencialidades do Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do sul/ PR.

Referente ao processo de construção da pesquisa, avalia-se que foi uma caminhada de suma importância para todos os envolvidos com a construção de uma pesquisa qualitativa, não somente uma pesquisa, mas para todos os sujeitos do campo que compreendem o conhecimento como uma condição de emancipação e libertação. Ao pesquisar a Pedagogia da Alternância no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas: Limites e Potencialidades, percebeu-se que foi uma pesquisa complexa, intensa, que trouxe resultados gratificantes. A pesquisadora, de certa forma participante, por ser educanda do Curso, considerando a não neutralidade da pesquisa e da vivência, propicia a construção do conhecimento científico, sem negar uma mistura de sentimentos que se apresentaram durante a construção do trabalho, porque como humanos, cheios de sentimentos e limitações, se emocionamos, quando fazemos parte da história como sujeito individual e coletivo. Durante estes dois anos de caminhada, percebemos a importância da pesquisa, o valor do conhecimento, nas leituras, nas sistematizações, no diálogo com os diferentes sujeitos do campo, foram se forjando e se construindo novas formas de avaliar e compreender a realidade, principalmente a realidade vivida no campo.

Considerando os referenciais teóricos abordados na pesquisa, acreditamos que foram fundamentais para compreender as múltiplas dimensões do objeto pesquisado e problematizado, que foi se desenvolvendo. Os primeiros capítulos possuem um caráter mais teórico em torno dos fundamentos filosóficos da Educação do Campo, desde a sua materialidade junto aos Movimentos Sociais Populares do Campo, perpassando também na análise desta questão no contexto das políticas públicas, que mais tarde resultou na construção do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura, Laranjeiras do Sul/ PR, um dos vários Cursos em Educação do Campo no território brasileiro.

Foram estudadas e analisadas diversas biografias que nos possibilitaram uma compreensão densa acerca do tema. Como o Curso em questão se organiza pela Pedagogia de Alternância, necessitou-se pesquisar e estudar os referenciais teóricos que problematizam as bases do histórico da Pedagogia da Alternância. Neste sentido, observamos que a alternância adotada na licenciatura possui uma perspectiva, que é a

transformação social, por isso no PPC (2013) do Curso IEDOC –CSH está evidente o caráter ideológico de educação defendido no Curso. Aliada a esta questão foi necessário problematizar os referenciais teóricos no qual se embasa a proposta da Educação do Campo. Esta tem como referenciais as experiências socialistas no pós revolução em 1917, momento em que a educação, segundo Pistrak (2000), passa a tomar outro caráter, que é a necessidade de formar sujeito com outros valores, valores humanistas, e mais tarde essa dimensão adentra no contexto dos Cursos em Licenciatura em Educação do Campo. Essas concepções teóricas estão imbricadas, portanto não poderiam ser analisadas separadamente.

Discorrendo sobre o Curso IEDOC-CSH da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR, que foi problematizado neste trabalho, tendo passado por uma análise mais densa, principalmente no último capítulo, a perspectiva foi de fato compreender as diferentes concepções teóricas na qual o Curso IEDOC –CSH se respalda e compreender como elas se materializam na realidade do Curso. Daí resulta a conceituação “O Curso Interdisciplinar em Ed. do Campo: Ciências Sociais e Humanas-Licenciatura, Entre Utopia e Realidade”. Neste capítulo estão sistematizados os resultados da pesquisa realizada com os sujeitos do Curso IEDOC-CSH, os quais demonstram os limites, desafios e potencialidades do Curso.

É necessário frisar que o Curso é resultado de uma política pública de Estado. Neste sentido, acaba por apontar alguns desafios e barreiras, enfrentados no mesmo, mas também avanços no Curso IEDOC- CSH. Nas análises dos resultados coletados a questão que mais foi singular foi o fato de não possuir um orçamento financeiro adequado, para a manutenção das turmas que estão em Tempo Universidade, principalmente para o ano de 2018. Outro elemento bastante forte nos dados analisados foi o ponto de que falta articulação dos educadores (as) e educandos (as) para se pensar o Tempo Comunidade, pois este tempo, não está sendo considerado como um tempo educativo. Por isso, faz –se necessário criar estratégias para poder aproveitar as condições de trabalho e vida que o Tempo Comunidade tem a oferecer. Além das questões específicas do Curso, a pesquisa também propiciou pensar a Educação do Campo como política pública. Destacando -se o fato de não ter Concurso Público para egressos de Cursos em Educação do Campo no Estado do Paraná. Essas foram algumas das questões que a pesquisa possibilitou analisar, não somente, mas também de apontar desafios, frente à necessidade de reorganização da Classe Trabalhadora Camponesa.

O Curso IEDOC-CSH, por meio da Pedagogia da Alternância possibilitou o acesso aos filhos de camponeses aos cursos em nível superior. Logo, este deve e é considerado o maior potencial desta Pedagogia, claro que em nossa realidade, nesse contexto de retrocessos serão muitos os desafios. Por isso, a necessidade de ter clareza das nossas condições e jamais esquecer que a história desse Cursos veio com a responsabilidade de forjar licenciados em Educação do Campo, com o devido conhecimento científico na área e engajados com a luta do povo. Em outras palavras, a experiência adquirida no Curso, a necessidade de auto- organização, nos fez acreditar no poder do coletivo, no poder da mobilização. Temos como marco histórico a ocupação da Universidade Federal da Fronteira Sul, em protesto a Reforma do Ensino Médio. Todos estas vivências, com certeza, nos constróem enquanto seres humanos, nos fazem acreditar que outro mundo ainda é possível. Dos aprendizados durante o Curso, e durante o processo de construção deste trabalho, fez sujeitos com consciência das tarefas históricas que temos a função de assumir neste tempo histórico. Conclui-se esta pesquisa com uma frase do lutador Guevara (1960): *Sonha e serás livre de espírito... Luta e serás livre na vida.*

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Seleção N° 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC**. Brasília/ DF. 2012. p. 12. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11569-minutaeditais-selecao-ifesifets-03092012&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 14/06/2017
- DIAS, Gracialino da Silva. **Epistemologia da Educação do Campo: Classismo versus Multiculturalismo**. Laranjeiras do Sul: [s.n.], [2015?].
- FARIAS, Magno; FALEIRO, Wender. **Rompendo as Cercas da Universidade/ A Educação do Campo na UFG- Catalão/GO**. Catalão: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS Luiz Carlos de. **A Pós-Modernidade Uma Contextualização histórica**. Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul. Laranjeiras do Sul – PR. 2014.
- HAMMEL. Ana Cristina. Licenciatura em Educação do Campo: Elementos Formativos e Práticas Educativas. In: Seminário Nacional, XXIV. **Anais UNIVERSITAS/BR ISSN 2446-6123**. Maringá: UEM, [s. n.]. p. 1795- 1807, mai. 2016. Disponível em http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/Anais_textos_completos.pdf. Acesso em 07/08/2017
- KUHN, Ednizia Ribeiro Araujo. **Análise da política de Educação do Campo no Brasil: Meandros do Pronera e do Pronacampo**. 2015. 144 f. Tese (Doutorado em Análise do Espaço Geográfico)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- LARANJEIRAS DO SUL. Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul. **Proposta Metodológica do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – licenciatura**. Laranjeiras do Sul/PR. 2014. p. 21.
- MOLINA, Monica C. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. 150 f. Tese (Doutorado: Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. 2003.
- MOLINA, Monica C. **Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de Educação do Campo**. In: MOLINA, Monica C.(org) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília, MDA/MEC 2010a. (137-149).
- MOLINA, Monica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: Desafios e Potencialidades. **Educar em Revista**. Curitiba/PR n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR.
- MUNIZ, Vera Cristina Rabelo; ARAÚJO, Maria Núbia; SANPAIO, Teumano Rodrigues. O Coletivo na Pedagogia de Makarenko. **XXII Semana de Educação da Universidade do Ceará**. Ceará, p. 1-12, ago./set. 2015.
- PISTRAK, M.M. A Auto – Organização dos Alunos. In:____. **Fundamentos da Escola do Trabalho**, 1° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000. cap. 7, p. 169- 224.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho- Educação no Movimento Camponês: Origens e Contradições. In: _____. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação: Liberdade, Autonomia e Educação: Princípios/ fins da Formação Humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. cap. 5, p. 291-320.

SÁ, Elizabeth Figueiredo; SILVA, Marineide Oliveira da. O Ruralismo Pedagógico: Uma Proposta para Organização da Escola Primária Rural. [S. l.: s.n.] **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. vol 11, n. 23. p. 61-83. 2012. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/302>
Acesso em 18/08/2017

SILVA, Maria Euzimar Berenice Rego. **O Estado em Marx e a Teoria Ampliada do Estado em Gramsci**. [S. l.: s. n.]. [21--?].

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura**. Laranjeiras do Sul/PR. 2013. p. 220.

